

ENTREVISTA: Armando Castelar aponta receitas para o País desatar gargalos e voltar a crescer

GOIÁS



Ano 37
nº 211
Jul/Ago
2006

INDUSTRIAL

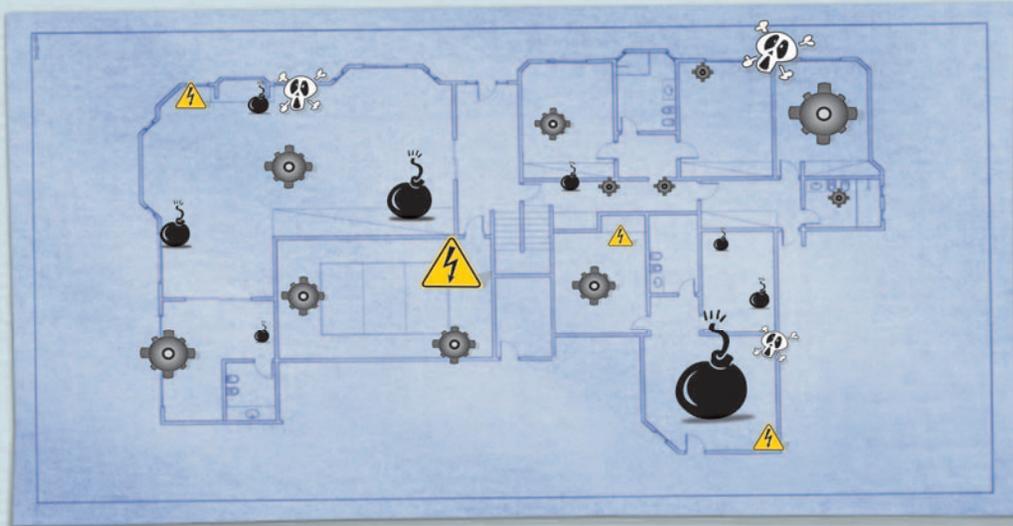
Revista do Sistema Federação das Indústrias do Estado de Goiás

**Agenda para
o futuro**

**Fórum Empresarial apresenta
a candidatos prioridades
para o desenvolvimento
econômico e social do Estado**

Não faça do seu projeto um campo minado.

Os melhores estrategistas estão na Makro Service.



O melhor em materiais elétricos, telecomunicações, iluminação, acionamentos e automação industrial. Suporte profissional para o desenvolvimento, acompanhamento e execução do seu projeto.

Materiais elétricos

Qualidade e normatização com garantia de segurança.



- Canaletas
- Fios
- Eletrodutos
- Caixa de distribuição para disjuntores padrão
- Fios e Cabos elétricos

Teleinformática/Redes Estruturadas

Tecnologia confiável em produtos para cabeamento estruturado de voz, dados e imagem.



- Rotuladoras
- Fitas de Identificação
- Patch Cords
- Conversores
- Patch Panels
- Switches
- Racks
- Roteadores

Iluminação comercial e industrial

Linhas de produtos e acessórios.



- Reatores para lâmpadas fluorescentes e de descargas
- Lâmpadas
- Projetores
- Luminárias fluorescentes industriais

Automação industrial

Painéis de acionamento, controle e automação de máquinas industriais e irrigação.



- Barramento blindado
- Chave de partida suave
- Chaves série paralelo
- Painéis de comando e automação
- Inversores de frequência

- Soluções inovadoras e o melhor custo/benefício
- Garantia de segurança em produtos e serviços
- Durabilidade das instalações
- Suporte técnico e acompanhamento profissional

**Makro Service**
Materiais elétricos de confiança

22

Plano de vôo

Fórum das Entidades Empresariais entrega aos candidatos ao governo estadual a Agenda Empresarial para o Desenvolvimento de Goiás, um conjunto de propostas para a elaboração do programa para a próxima administração.



11

Energia limpa

Programa de incentivo à produção de combustíveis limpos, derivados de biomassa, pretende desenhar novo modelo de desenvolvimento para Goiás, com descentralização do crescimento, da geração de empregos e da renda. A demanda mundial por fontes de suprimento alternativas, em substituição ao petróleo, impulsiona investimentos nessa área.

18

Mérito industrial

A homenagem às personalidades que mais contribuíram para o desenvolvimento do setor industrial, realizada pela Fieg, foi marcada por cobranças ao governo federal, mas também pela reafirmação de projetos de investimento de grandes grupos multinacionais e nacionais no Estado.



28

Feira de novidades

A edição deste ano da Feira de Fornecedores e Atualização Tecnológica da Indústria de Alimentação (Ffatia) será incrementada com parcerias inéditas, nova formatação, uma série de eventos paralelos e a participação de empresas estrangeiras. Além disso, abrigará o Encontro AI-Invest Internacional Tech Alimentação 2006, uma oportunidade de negócios para pequenas e médias empresas, aqui dentro e lá fora.

SISTEMA FIEG

Federação das Indústrias do Estado de Goiás

Presidente: Paulo Afonso Ferreira
 Av. Araguaia, no 1.544, Ed. Albano Franco,
 Casa da Indústria - Vila Nova
 CEP 74645-070 - Goiânia-GO
 Fone (62) 3219-1300 / Fax (62) 3229-2975
 Home-page: www.sistemafieg.org.br
 E-mail: fieg@sistemafieg.org.br

SESI Serviço Social da Indústria

Diretor Regional: Paulo Afonso Ferreira
 Superintendente: Paulo Vargas
 E-mail: adm.sesi@sistemafieg.org.br

SENAI Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

Diretor Regional: Paulo Vargas
 Home-page: www.senaigo.com.br
 E-mail: senaigo@senaigo.com.br

Núcleo Regional da FIEG em Anápolis

Presidente: Waldyr O'Dwyer
 Av. Engº Roberto Mange, nº 239-A,
 Bairro Jundiá, CEP 75113-630, Anápolis-GO
 Fone/Fax (62) 3324-5768 / 3311-5565
 E-mail: nureaps@sistemafieg.org.br

IEL Instituto Euvaldo Lodi

Diretor Regional: Daniel Viana
 Superintendente: Paulo Galeno Paranhos
 Home-page: www.ielgo.com.br
 E-mail: iel@sistemafieg.org.br

ICQ BRASIL Instituto de Certificação Qualidade Brasil

Diretor Regional: Daniel Viana
 Superintendente: Paulo Galeno Paranhos
 Home-page: www.icqbrasil.com.br
 E-mail: icq@icqbrasil.com.br

DIRETORIA DA FIEG

PRESIDENTE
 Paulo Afonso Ferreira

PRESIDENTE DE HONRA
 José Aquino Porto (in memoriam)

1º VICE-PRESIDENTE
 Pedro Alves de Oliveira

2º VICE-PRESIDENTE
 Wilson de Oliveira

3º VICE-PRESIDENTE
 Ivan da Glória Teixeira

VICE-PRESIDENTES
 Aluísio Quintanilha de Barros
 César Helou
 Flávio Paiva Ferrari
 Joviano Teixeira Jardim
 Marley Antônio da Rocha
 Ubiratan da Silva Lopes
 Eduardo Cunha Zuppani
 Luís Antônio Vessani
 Carlos Alberto Vieira Soares
 Fábio Rassi
 Sávio Cruvinel Câmara
 Elton Teles de Campos
 José Luiz Martin Abuli
 Aldrovando Divino de Castro Júnior

1º SECRETÁRIO
 Hélio Naves

2º SECRETÁRIO
 Luiz Gonzaga de Almeida

1º TESOUREIRO
 Domingos Sávio Gomes de Oliveira

2º TESOUREIRO
 Antônio de Sousa Almeida

CONSELHO FISCAL
 Daniel Viana
 Heno Jácomo Perillo
 Waldyr O'Dwyer

CONSELHO DE REPRESENTANTES JUNTO À CNI
 Paulo Afonso Ferreira
 Sandro Antônio Scodro Mabel

CONSELHO DE REPRESENTANTES JUNTO À FIEG
 Abílio Pereira Soares Júnior
 Aldrovando Divino de Castro Júnior
 Aluísio Quintanilha de Barros
 Anísio Queiroz de Carvalho Jr.
 Antônio Clóvis Carneiro
 Antônio de Sousa Almeida

Carlos Alberto Diniz
 Carlos Alberto Vieira Soares
 Carlos Queiroz de Paula e Silva
 Carlos Roberto de Araújo
 Carlos Roberto Viana
 César Helou
 Cláudio Henrique Chini
 Daniel Viana
 Domingos Sávio Gomes de Oliveira
 Domingos Vilefort Orzil
 Edmar Sabino Neves
 Eduardo Cunha Zuppani
 Elton de Teles Campos
 Emílio Carlos Bittar
 Eurico Dardeal Netto
 Eurípedes Felizardo Nunes
 Fábio Rassi
 Flávio Paiva Ferrari
 Francisco de Faria
 Francisco Gonzaga Pontes
 Frederico Martins Evangelista
 Gilda Leite Pereira
 Henrique Wilhem Morg de Andrade
 Hélio Naves
 Hélio Naves Júnior
 Humberto Rodrigues de Oliveira
 Jaime Canedo
 Jair Rizzi
 Jerry de Paula
 João Essado

Joaquim Cordeiro de Lima
 Jorge Luiz Biazuz Meister
 José Antônio Simão
 José Luiz Martin Abuli
 José Magno Pato
 José Romaldo Maranhão Neto
 José Vieira Gomide Júnior
 Joviano Teixeira Jardim
 Laerte Simão
 Leonardo Jayme de Arimatéa
 Leopoldo Moreira Neto
 Luiz Antônio Vessani
 Luiz Gonzaga de Almeida
 Luiz Rézio
 Mário Drummond Diniz
 Marley Antônio Rocha
 Nelson Pereira dos Reis
 Olavo Martins Barros
 Onofre Andrade Pereira
 Paulo Afonso Ferreira
 Pedro Alves de Oliveira
 Raimundo Viana Dutra
 Rodrigo Penna de Siqueira
 Sandro Marques Scodro
 Sávio Cruvinel Câmara
 Segundo Braoios Martinez
 Ubiratan da Silva Lopes
 Uilson José Pinto
 Valdenício Rodrigues de Andrade
 Wellington Carrijo Soares
 Wilson de Oliveira

**GOIÁS
INDUSTRIAL**
 Revista do Sistema Federação das Indústrias do Estado de Goiás



Direção
 José Eduardo de Andrade Neto

Coordenação de jornalismo
 Joelma Pinheiro

Edição
 Lauro Veiga Filho

Subeditor
 Dehovan Lima

Reportagem: Andelaide Pereira, Célia Oliveira, Geraldo Neto, Giovanna Amaral, Henrique Fonseca, Jâvier Godinho, Eleyda Moreira e Isabel Alencar

Colaboração: Wellington da Silva Vieira
Fotografia: Sílvio Simões
Diagramação: ND Editora e Publicidade Ltda.
Fotolito: Oficina de Arte
Impressão: Gráfica Kelps (Asa Editora)

Produção e Publicidade:
 Rua 1034, nº 49, Setor Pedro Ludovico
 74823-190 - Goiânia-GO
 Fone: (62) 3255-6262
 E-mail: nd@ndeditora.com.br

As opiniões contidas em artigos assinados são de responsabilidade de seus autores e não refletem necessariamente a opinião da revista



Paulo Afonso Ferreira

Proposta de parceria, para o bem de todos

O modelo de gestão pública em Goiás começou a mudar em benefício do interesse coletivo, e precisa se aprimorar cada vez mais.

A partir da constituição do Fórum das Entidades Empresariais de Goiás, em 1999, representativo dos maiores setores produtivos, um diálogo permanente, direto, franco e respeitoso se estabeleceu com o governo estadual, as conquistas gerais se acentuaram e os ventos do desenvolvimento econômico e social sopraram mais intensamente sobre nós. Nada neste mundo é definitivo e tudo que é bom pode ser melhor.

Essa transformação compreendeu, além de outros aspectos, menos despesas com atividades meio, ICMS menor para as principais cadeias produtivas em favorecimento da produção, do mercado de empregos, da distribuição de renda e da arrecadação estadual; maior transparência e controle dos gastos públicos, profissionalização dos recursos humanos, rapidez nas decisões, utilização de técnicas avançadas, antes praticadas somente na iniciativa privada, e maior utilização da tecnologia de informação, sendo exemplo positivo dessa os Vapt-Vupts, que logo caíram no agrado popular.

Seguindo nos avanços, em busca do aperfeiçoamento das instituições democráticas, o Fórum elaborou uma Agenda Empresarial para o Desenvolvimento de Goiás e a entregou, como sugestão, aos quatro candidatos a governador melhor situados nas pesquisas. Todos se comprometeram a atender suas reivindicações, prometendo, ainda, que o eleito, antes da posse, fará sua equipe se reunir com o

fórum para detalhar cada proposição.

Não temos dúvida que, colocado em prática, o documento apontará à próxima gestão estadual o caminho seguro para incursões, sempre mais amplas e efetivas, no terreno até hoje inalcançado do sucesso que todos almejamos em termos de economia, finanças e bem-estar coletivo.

Nossas empresas já investem até mais do que podem nesses empreendimentos, com notória ausência do Estado em vários setores essenciais. Há necessidade do aumento da quantidade e da melhoria da qualidade na formação profissional para atender à crescente demanda da iniciativa particu-

lar, mesmo existindo, para tanto, disponibilidade na base instalada do Sistema S, que não atua mais pela limitação de recursos.

Exigem-se avanços significativos para consolidação da infra-estrutura do Estado, em especial nos transportes ferroviário e hidroviário, além da imprescindível assistência à expansão, duplicação e recuperação de muitos trechos da malha rodoviária.

A Plataforma Logística de Goiás, em Anápolis, aguarda efetivas realizações ferroviárias, rodoviárias, aeroviárias. Ciência e tecnologia, segurança pública, meio ambiente, educação, financiamentos, incentivos e parcerias público-privadas constituem referências marcantes na Agenda Empresarial para o Desenvolvimento de Goiás.

Ela é um crédito de confiança que o empresário confere ao próximo governador, na visão do futuro alvissareiro para nosso Estado, fruto de uma proposta sincera de parceria, para o bem de todos. ■

“Nossas empresas já investem até mais do que podem nesses empreendimentos, com notória ausência do Estado em vários setores essenciais”

Armando Castelar Pinheiro é pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e professor do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IE/UFRJ)

Driblando gargalos

O futuro governo, qualquer que seja o presidente eleito, terá de segurar gastos públicos primários, evitando que cresçam mais do que a variação nominal do Produto Interno Bruto (PIB). A providência, entende Armando Castelar Pinheiro, do Instituto de Economia da Universidade do Rio de Janeiro, abriria espaço para a redução dos juros e a retomada do investimento na economia, lançando bases para uma fase de crescimento mais duradoura. Castelar detalha, nesta entrevista, propostas para que o País consiga driblar os gargalos que hoje impedem um crescimento mais vigoroso e equilibrado de sua economia.

Goias Industrial - Quais são os principais desafios colocados hoje para o presidente a ser eleito neste ano?

Armando Castelar Pinheiro - A economia brasileira tem crescido pouco, a uma média de 2,5% ao ano, se tomarmos uma média longa, de 20 a 25 anos, ou mesmo médias mais curtas, de 5 a 10 anos. Esse é um crescimento um pouco mais rápido do que o que tivemos na chamada década perdida, 1981 a 1993. No período pós-estabilização, depois do Plano Real, houve uma aceleração. A razão para esse crescimento mais rápido, mas não tão rápido como gostaríamos, foi porque a produtividade no Brasil começou a crescer mais aceleradamente em função da queda da inflação, da abertura do mercado da privatização, entre outras. Quando analisamos as causas desse baixo potencial de crescimento, percebe-se que a falta de investimento vem limitando o avanço da economia no Brasil. Muito claramente, é a taxa de investimento mais baixa que faz a diferença entre o período do pós-guerra, de 1946 até 1980. O País investe muito pouco e por isso cresce muito pouco. Em 2005, o Brasil cresceu 2,3%, a Rússia



Castelar: o País investe muito pouco e, por isso, cresce muito pouco

7%, a Índia 8% e a China quase 10%. O Brasil tem um nível de investimento muito aquém do que precisaria para poder crescer a um ritmo que efetivamente trouxesse uma redução mais significativa da taxa de desemprego e permitisse resolver uma série de problemas de natureza econômica e social.

Goias Industrial - O que explica esse baixo investimento e quais são as políticas que podem ser adotadas para contornar esse gargalo?

Castelar - O baixo investimento resulta de problemas de natureza macroeconômica, ligados à questão fiscal, e de problemas relacionados ao ambiente de negócios no Brasil.

Na área macroeconômica, o problema vem do aumento muito forte do gasto público, o que tem feito, de um lado, que os juros tenham permanecido muito altos. No ano passado, os gastos correntes cresceram 10% acima da inflação. Neste ano, até agora, estamos no mesmo ritmo. Isso força os juros a ficarem muito altos. Além disso, esse aumento forte de gastos forçou um aumento da carga tributária, hoje ao redor de 38% do Produto Interno Bruto (PIB). Para um país do nível de renda do Brasil, aquela carga está entre 10% e 12% (do PIB) mais elevada do que deveria ser. A nossa carga tributária alcança os mesmos níveis observados na Inglaterra, na Alemanha; é mais alta que a do Japão, muito mais alta que a da China, por exemplo. Alemanha e Reino Unido são países de renda muito mais alta, que obviamente oferecem um Estado provedor de bem-estar, que não é o nosso caso. São países que têm tido um desempenho bom com uma carga tributá-

ria relativamente mais baixa. É esse gasto público muito grande, no fluxo, que ocasiona os juros altos e uma carga tributária que penaliza muito o investimento, estimula a informalidade. Isso se torna uma barreira tanto para o investimento quanto para uma produtividade mais alta.

Goiás Industrial - O gasto com juros, por exemplo, não acaba por fazer parte dessa equação?

Castelar - O gasto com o juro

obrigado a esfriar a economia para que ela cresça, na média, num ritmo compatível com a taxa de investimento dada, para que o Brasil consiga crescer sem gerar inflação. Obviamente, como o grande devedor é o próprio governo, ele está dando um tiro no pé. Há um círculo vicioso, o desafio é como tornar isso um círculo virtuoso. A receita passa por segurar o gasto corrente primário do setor público. A carga tributária bruta no Brasil foi muito estável entre o



“O Brasil investe muito menos do que precisaria para poder crescer a um ritmo que trouxesse redução mais significativa do desemprego e permitisse resolver problemas sociais”

faz parte da equação. O governo aumenta muito o gasto primário corrente, que exclui despesas com juros. A idéia é que o governo faz muita força para a economia crescer rápido, então o Banco Central é

final dos anos 1960 e início dos anos 1990, girando por volta de 25% do PIB. De lá para cá, subiu para perto de 38% do PIB, cerca de 13 pontos percentuais a mais. Perto de cinco pontos percentuais do PIB foram

LOCAMOS EQUIPAMENTOS PARA QUEM CONSTRÓI GOIÁS



Retificador



Plasma



Talhas



PPU Solda e Corte



Transformador

VANTAGENS DA LOCAÇÃO

- Reduz o imposto de renda sem capital imobilizado;
- Utilização de equipamentos somente no período de obras;
- Sem área de estoque e pessoal para controle;
- Equipamentos modernos;
- Garantia de funcionamento com assistência técnica e reposição.



Esmerilhadeiras



Furadeira



Martelete



MIG/MAG



Inversor



Alusolda

ALUGUEL DE MÁQUINAS DE SOLDA, VENDAS E CONSERTOS

www.alusolda.com.br / vendas@alusolda.com.br

Fone: (62) 3549-6969 Rua das Avencas, 14 - Parque Primavera - Ap. de Goiânia

usados para fazer superávit primário, o que significa que você já teve um excedente de receitas correspondente a 7% ou 8% do PIB e que foi usado para aumentar o gasto corrente, porque o investimento do governo diminuiu. Um primeiro nó do investimento vem desse ambiente macroeconômico muito desfavorável: aumento forte de gastos públicos, juros muito altos, carga tributária muito elevada e falta de investimento público em áreas como rodovias, portos e outros setores para os quais é difícil atrair investidores privados, particularmente por falta de uma boa regulação.

Goiás Industrial - O segundo gargalo é o ambiente de negócios?

Castelar - O ambiente de negócios está, em parte, relacionado a essa questão macro. A carga tributária é alta e, além disso, é de péssima

Goiás Industrial - O peso excessivo dos tributos indiretos também cria uma distorção?

Castelar - Existe isso também. Os números mostram que a carga tributária, por ser muito calçada em tributos indiretos, incide desproporcionalmente nas pessoas mais pobres do País. A pessoa pobre não paga imposto direto, porque sendo pobre ela não paga Imposto de Renda, mas como os impostos são majoritariamente indiretos e, proporcionalmente à renda, a pessoa pobre consome muito mais, os estudos mostram que a carga tributária é maior para rendas mais baixas como proporção da renda. É uma carga tributária regressiva no sentido de penalizar mais as pessoas pobres do que as de renda alta. Ela também é muito instável, as regras mudam muito, em parte porque ela está sempre

significa que os juros poderão ficar mais baixos. Inicia-se aí um ciclo positivo, virtuoso. Quando analisamos que gastos aumentaram do início dos anos 1990 até aqui, verifica-se que o principal aumento de gastos foi com a Previdência. As despesas com Previdência Social aumentaram em quase 6% do PIB. Então aquele aumento de carga tributária essencialmente se divide entre uma parte para financiar o superávit primário e um pouco mais que a metade para financiar o aumento do gasto com a Previdência. Tomando-se a estrutura etária da população brasileira, o Brasil gasta com seguridade social o mesmo coisa que gastam Inglaterra e Holanda, por exemplo, algo como pouco mais de 12% do PIB. Só que Inglaterra e Holanda têm uma proporção de pessoas idosas, pessoas com mais de 65 anos, que é o triplo da brasileira.



“O primeiro nó vem desse ambiente macroeconômico desfavorável: aumento de gastos, juros altos, carga tributária elevada e falta de investimento público”

qualidade. Há um número grande de tributos que incidem sobre a mesma base, como são os casos do Imposto de Renda (IR) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), do PIS/Pasep e da Cofins, que geram uma carga burocrática muito grande em cima das empresas. Um levantamento do Banco Mundial, por exemplo, mostrou que uma empresa média no Brasil gasta em torno de 2.600 horas por ano só com o preenchimento de formulários e contatos com autoridades tributárias de forma a respeitar todas as regulações tributárias do País. É quase 10 vezes o número de horas na Coreia, é 5 vezes a média na América Latina.

subindo, o que aumenta o risco dos investimentos.

Goiás Industrial - Por onde o próximo presidente deveria começar, por exemplo?

Castelar - O mais importante é reduzir gastos. Inicialmente, deve-se paralisar o crescimento das despesas, evitar que os gastos continuem crescendo em termos reais. Se for possível impedir que as despesas cresçam mais do que o PIB, mantendo-as constantes em valor real, de maneira que o PIB cresça e os gastos não, apenas acompanhem a inflação, a economia começa a ter alguma folga. Haverá menor pressão sobre a política monetária, o que

Goiás Industrial - O erro, se é que podemos chamar assim, estaria onde?

Castelar - O erro está em se pagar aposentadorias num valor que é incompatível com a realidade demográfica e fiscal do País. As pessoas no Brasil podem se aposentar pelo INSS com 50 e poucos anos. Na verdade se a pessoa é professora, em particular, pode se aposentar com 40 e poucos anos. A expectativa de vida, quando se atinge os 50 anos, seria de mais 30 anos, o que significa que, na verdade, a Previdência paga benefícios durante tanto tempo ou mais do que recebeu de contribuições. Só que os aposentados recebem um benefício integral depois de contribuírem com uma porcentagem menor do valor do benefício. A aposentadoria, em países como os que mencionei, para homens e mulheres, acontece na faixa de 65 anos, 67 anos, como idade mínima. O Brasil permite uma aposentadoria



“Quem tem educação no Brasil são as pessoas que ganham mais - como pouca gente tem educação, pouca gente ganha dinheiro”

numa idade mínima que é 10 a 15 anos antes do que países ricos.

Goiás Industrial - Há uma grande resistência política a reformas nessa área.

Castelar - Você pode efetivamente arrecadar mais se você for capaz de arrecadar de todo mundo, trabalhadores e empresas. Haveria um aumento da carga tributária. O País pode decidir cobrar mais imposto e financiar a Previdência. Podemos elevar a carga tributária de 38% para 45% (do PIB) e resolver o problema da Previdência. O problema é que a economia não cresce.

Goiás Industrial - Será possível conseguir segurar gastos em 2007 e nos anos seguintes, frente às despesas que estão sendo contratadas agora e que tendem a gerar impactos para frente?

Castelar - Em 2007, o Brasil corre risco de uma crise fiscal grave porque há um aumento muito grande de gastos e, no ano que vem, encerra-se a cobrança da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), assim como a Desvinculação das Receitas da União (DRU) perderá a vigência. O País pode estar caminhando para um problema fiscal sério. Estou convicto de que o próximo governo, seja qual for, terá de fazer uma reforma da Previdência, instituindo uma idade mínima de aposentadoria, provavelmente igual à do funcionário público, com 55 anos para mulher e 60 anos para homem. Acredito que vai se tentar desvincular o salário mínimo do piso previdenciário e talvez, pelo menos eu

defenderia isso, será preciso começar a reduzir a diferença entre a idade de aposentadoria de homens e mulheres. Acho que se deveria eliminar, com o tempo, essa diferença.

Goiás Industrial - Quais são os demais gargalos ao crescimento?

Castelar - São vários gargalos. O Brasil tem um spread de juros que é muito alto, precisa de reformas no sistema financeiro, com toda certeza. O Brasil tributa demais a intermediação financeira, deveria reduzir essa tributação. O governo deu alguns passos nesse sentido, reduzindo a tributação dos poupadores em aplicações de prazo mais longo. Acho que há caminhos para reduzir outros impostos. Acredito que devemos melhorar a questão das garantias, é absolutamente fundamental. O crédito consignado mostrou exatamente como boas garantias são capazes de reduzir juros de uma maneira impressionante.



“Nitidamente, neste ano, pela primeira vez desde 2002, o comércio internacional vai dar uma contribuição negativa para o crescimento do PIB”

Goiás Industrial - O País precisa de outras reformas?

Castelar - Primeiro, o Brasil precisa de uma reforma trabalhista. Cerca de 10% das pessoas trabalhadoras no Brasil estão desempregadas. Dos 90% que estão empregados, metade está na informalidade. Há regras trabalhistas, então, que se aplicam a 45% dos trabalhadores, só. Outro item im-

portante nessa agenda é a questão da infra-estrutura, que passa pelo aumento do investimento público. É preciso melhorar, também, a questão regulatória. O governo vem enfraquecendo as agências, não contempla modelos de uma maneira clara, que dê segurança para o investidor. O Brasil precisa abrir mais a economia, é a terceira economia mais fechada do mundo. Para exportar mais, a partir de certo momento, você tem de importar mais. E, por último, talvez o mais importante, é que o Brasil precisa melhorar muito a questão educacional. O México, por exemplo, tem uma média de anos de estudo que deve estar na ordem de 7,5 anos, para pessoas com mais de 15 anos. No Brasil, as pessoas com mais de 15 anos têm, em média, cinco anos de estudo. O México, há 40 anos, estava no mesmo nível do Brasil e, hoje, está um pouco à frente. O Brasil investe mal em educação. O que os números mostram é que o País investe em relação ao PIB a mesma média dos países ricos, mas gasta muito com aposentadoria de professores e demais com as universidades. Em

contrapartida, gasta pouco com ensino fundamental, pré-escola e ensino médio. É preciso uma revolução na educação. Quem tem educação no Brasil são as pessoas que ganham mais – como pouca gente tem educação, pouca gente ganha dinheiro. E temos uma distribuição de renda ruim. A má distribuição de renda reflete a má distribuição da educação. ■

SINDICATOS COM SEDE NA FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE GOIÁS - FIEG

Av. Anhanguera, nº 5.440, Edifício José Aquino Porto, Palácio da Indústria, Centro, Goiânia / GO, CEP 74043-010

SIAEG

Sindicato das Indústrias de Alimentação no Estado de Goiás
 Presidente: Sandro Antônio Scodro Mabel
 Presidente em exercício: Sandro Marques Scodro
 Fone (62) 3224-4253 Fax 3224-9226 - siaeg@terra.com.br

SIEEG

Sindicato das Indústrias Extrativas do Estado de Goiás e do Distrito Federal
 Presidente: Nelson Pereira dos Reis
 Fone (62) 3212-6092 Fax 3212-6092
 sieeg@sistemafieg.org.br

SIGEGO

Sindicato das Indústrias Gráficas no Estado de Goiás
 Presidente: Antônio de Sousa Almeida
 Fone (62) 3223-6515 Fax 3223-1062
 sigego@sistemafieg.org.br

SIMELGO

Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico do Estado de Goiás
 Presidente: Hélio Naves
 Fone/Fax (62) 3224-4462 - contato@simelgo.org.br

SIMPLAGO

Sindicato das Indústrias de Material Plástico no Estado de Goiás
 Presidente: Mário Drummond Diniz
 Fone (62) 3229-2427 Fax 3224-5405
 simplago@sistemafieg.org.br

SINCAFÉ

Sindicato das Indústrias de Torrefação e Moagem de Café no Estado de Goiás
 Presidente: Sávio Cruvinel Câmara
 Fone (62) 3212-7473 Fax 3212-5249
 sincafe@sistemafieg.org.br

SINDAGO

Sindicato dos Areeiros do Estado de Goiás
 Presidente: Carlos Alberto Diniz
 Fone/Fax (62) 3224-5583

SINDIALF

Sindicato das Indústrias de Alfaiataria e Confecção de Roupas para Homens no Estado de Goiás
 Presidente: Daniel Viana
 Fone (62) 3223-2050

SINDIBRITA

Sindicato das Indústrias Extrativas de Pedreiras do Estado de GO, TO e DF
 Presidente: Fábio Rassi
 Fone (62) 3224-9983 Fax 3223 - 6667
 sindibrita@sistemafieg.org.br

SINDICALCE

Sindicato das Indústrias de Calçados no Estado de Goiás
 Presidente: Flávio Ferrari
 Fone (62) 3225-6412 Fax 3225-6402
 sindicalce@sistemafieg.org.br

SINDICARNE

Sindicato das Indústrias de Carnes e Derivados no Estado de Goiás e Distrito Federal
 Presidente: José Magno Pato
 Fone/Fax (62) 3229-1187 e 3212-1521
 sindicarne@sistemafieg.org.br

SIMAGRAN

Sindicato das Indústrias de Rochas Ornamentais do Estado de Goiás
 Presidente: Carlos Queiroz de Paula e Silva
 Rua T-30, nº 2.105 - Setor Bueno - CEP 74215-060 - Goiânia - GO
 Fone/Fax (62) 3285-7009 - vessani@netgo.com.br

SINDICURTUME

Sindicato das Indústrias de Curtumes e Correlatos do Estado de Goiás
 Presidente: João Essado
 Fone (62) 3213-4900 Fax 3212-3970
 sindicurti@uol.com.br

SINDIGESSO

Sindicato das Indústrias de Gesso, Decorações, Estuques e Ornatos do Estado de Goiás
 Presidente: José Luiz Martin Abuli
 Fone (62) 3225-7888
 sindigesso@sistemafieg.org.br

SINDILEITE

Sindicato das Indústrias de Laticínios no Estado de Goiás
 Presidente: César Helou
 Fone (62) 3212-1135 Fax 3212-8885
 sinleite@terra.com.br

SINDIPÃO

Sindicato das Indústrias de Panificação e Confeitaria no Estado de Goiás
 Presidente: Luiz Gonzaga de Almeida
 Telefax (62) 3225-1016
 sindipao@sistemafieg.org.br

SINDIREPA

Sindicato da Indústria de Reparação de Veículos e Acessórios no Estado de Goiás
 Presidente: Aldrovo do Divino de Castro Júnior
 Fone (62) 3224-0121 - sindirepa@sistemafieg.org.br

SINDMÓVEIS

Sindicato das Indústrias de Móveis e Artefatos de Madeira no Estado de Goiás
 Presidente: Carlos Alberto Vieira Soares
 Fone/Fax (62) 3224-7296
 sindmoveis@sistemafieg.org.br

SINDTRIGO

Sindicato dos Moinhos de Trigo da Região Centro-Oeste
 Presidente: Aluísio Quintanilha de Barros
 Presidente em exercício: Marco Antônio Batista
 Fone (62) 3223-9703 - sindtrigo@sistemafieg.org.br

SININCEG

Sindicato das Indústrias de Calcário, Cal e Derivados no Estado de Goiás
 Presidente: Raimundo Viana Dutra
 Fone (62) 3223-6667 Fax 3224-9983
 sininceg@sistemafieg.org.br

SINPROCIM

Sindicato da Indústria de Produtos de Cimento do Estado de Goiás
 Presidente: Marley Antônio da Rocha
 Fone (62) 3224-0456 Fax 3224-0338
 siac@sistemafieg.org.br

SINDQUÍMICA

Sindicato das Indústrias Químicas e Farmacêuticas no Estado de Goiás
 Presidente: Eduardo Cunha Zuppani
 Fone (62) 3212-3794 Fax 3225-0074
 sinquifar@sistemafieg.org.br

SINVEST

Sindicato das Indústrias do Vestuário no Estado de Goiás
 Presidente: Francisco de Faria
 Fone/Fax (62) 3225-8933 - sinvest@sistemafieg.org.br

SINDICATOS COM SEDE EM OUTROS ENDEREÇOS**SIAGO**

Sindicato das Indústrias do Arroz no Estado de Goiás
 Presidente: Pedro Alves de Oliveira
 Rua T-45, nº 60 - Setor Bueno - CEP 74210-160 - Goiânia - GO
 Fone (62) 3251-3166 Fax 3251-3691 - siago@cultura.com.br

SIFAÇÚCAR

Sindicato da Indústria de Fabricação de Açúcar no Estado de Goiás
 Presidente: Segundo Braoios Martinez
 Presidente Executivo: Igor Montenegro Celestino Otto
 Rua C-236, nº 44 - Jardim América - CEP 74290-130 - Goiânia - GO
 Fone (62) 3274-3133 / Fax (62) 3251-1045

SIFAEG

Sindicato das Indústrias de Fabricação de Alcool no Estado de Goiás
 Presidente: Segundo Braoios Martinez
 Presidente-Executivo: Igor Montenegro Celestino Otto
 Rua C-236, nº 44 - Jardim América - CEP 74290-130 - Goiânia - GO
 Fone (62) 3274-3133 (62) 3251-1045 - sifaeg@terra.com.br

SIMESGO

Sindicato da Indústria Metalúrgica, Mecânica e de Material Elétrico do Sudoeste Goiano
 Presidente: Wellington Carrijo Soares
 Rua Costa Gomes, nº 143 - Jardim Marconal - CEP 75901-550 Rio Verde - GO
 Fone/Fax (64) 3613-4810

SINROUPAS

Sindicato das Indústrias de Confecções de Roupas em Geral de Goiânia
 Presidente: Frederico Martins Evangelista
 Rua 1.137, nº 87 - Setor Marista - CEP 74180-160 - Goiânia - GO
 Fone/Fax (62) 3092-4477 - agicon@agicon.com.br

SINDUSCON-GO

Sindicato da Indústria da Construção no Estado de Goiás
 Presidente: Joviano Teixeira Jardim
 Rua João de Abreu, nº 427 - Setor Oeste - CEP 74120-110 - Goiânia - GO
 Fone (62) 3095-5155 Fax 3095-5176/5177
 contato@sinduscongoias.com.br

SINDICATOS COM SEDE EM ANÁPOLIS

Av. Engº Roberto Mange, nº 239-A, Jundiá, Anápolis / GO
 CEP 75113-630 Fone/Fax (62) 3324-5768 / 3311-5565
 e-mail: sind.industria@terra.com.br

SIAA

Sindicato das Indústrias da Alimentação de Anápolis
 Presidente: Wilson de Oliveira

SICMA

Sindicato das Indústrias da Construção e do Mobiliário de Anápolis
 Presidente: Ubiratan da Silva Lopes

SIMEA

Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Anápolis
 Presidente: Elton de Teles Campos

SINDICER

Sindicato das Indústrias de Cerâmica no Estado de Goiás
 Presidente: Laerte Simão

SIVA

Sindicato das Indústrias do Vestuário de Anápolis
 Presidente: José Vieira Gomide Júnior

Novo modelo para crescer

Programa cria vantagens fiscais e de crédito para atrair investimentos para a produção de combustíveis limpos no Estado

Goiás tem a oportunidade de redesenhar o modelo econômico que adotou até aqui, corrigindo equívocos e partindo para políticas reais de desconcentração do crescimento e redistribuição interna da renda, lastreadas em uma nova matriz energética. A receita ganhou corpo entre o setor empresarial e tem sido defendida por secretários de Estado, economistas e também por ambientalistas, num aparente consenso que pega carona no boom recente experimentado ao redor do mundo pelos investimentos na produção de etanol e biocombus-

tíveis, de uma forma geral, desde que os preços do petróleo entraram em disparada.

“Esse pode ser o início de um novo ciclo econômico, apoiado na produção de energia renovável, o que vai exigir uma boa dose de planejamento a médio e longo prazos”, sustenta o empresário Paulo Afonso Ferreira, presidente da Federação das Indústrias do Estado de Goiás (Fieg), que recentemente promoveu um seminário específico sobre o assunto. Apropriadamente, o evento identificou Goiás como a “nova fronteira dos biocombustíveis” – quase um terço dos proje-

tos de expansão e de instalação de novas usinas previstos para o País nos próximos anos deverá privilegiar o Estado.

“Esgotamos a fase do sonho e da retórica. Chegou o momento da ação”, provocou o presidente da Fieg. Na avaliação do secretário da Fazenda de Goiás (Sefaz-GO), Oton Nascimento Júnior, poucas vezes em sua história o País esteve diante de “um conjunto de circunstâncias tão favoráveis” à adoção de um modelo de desenvolvimento “sustentável e permanente”, baseado em um projeto de produção de energia limpa e renovável.



Etanol: produção goiana quase dobra participação e já representa 4% da oferta doméstica

AQUECIMENTO GLOBAL -

Pelo menos dois fatores de peso, citou Nascimento, ajudariam a criar ambiente favorável à implantação de um programa daquele gênero: a escalada dos preços do petróleo, viabilizando fontes alternativas de energia, e a perspectiva pouco confortável de um agravamento do aquecimento global causado por gases geradores do chamado efeito estufa, emitidos com a queima de combustíveis fósseis. “Consequências imponderáveis, mas certamente catastróficas, conforme alertam cientistas e estudiosos do mundo inteiro”, completou Nascimento.

O frágil equilíbrio entre oferta e demanda no mercado global do petróleo, num cenário geopolítico delicado e crítico, temperado por disputas político-religiosas, guerras e ameaças terroristas, fez os preços do barril de óleo dispararem a partir do final da década passada. Entre 1998 e julho deste ano, segundo acompanhamento mensal realizado pelo BMO Financial Group, de Montreal, Canadá, os preços médios do petróleo cru subiram 412%, pulando de pouco mais de US\$ 14 para mais de US\$ 72 o barril. O grupo financeiro, ligado ao Banco de Montreal, estima que as cotações tendem a se acomodar ao redor de US\$ 60, em 2007, abaixo dos níveis atuais mas quatro vezes mais elevadas do que há nove anos.

Previsões assim já foram desmentidas pelo mercado, embora indiquem que a era do petróleo barato e farto parece ter ficado para trás definitivamente. Num exemplo, ao preparar a edição de 2006 de seu relatório anual sobre produção e consumo de energia no mundo, a Agência Internacional de Energia (IEA, na sigla em inglês) chegou a projetar, com base em valores de 2004, um preço médio de US\$ 43,99 para o barril de petróleo cru entregue



Seminário: oportunidades e tendências para o mercado de combustíveis renováveis

nas refinarias norte-americanas em 2010 - previsão já superada.

Isso apenas reforça a fragilidade de quaisquer estimativas em relação ao comportamento dos preços e mostra, de outro lado, que a instabilidade continuará sendo um fator preponderante por um tempo mais longo do que supunham os principais atores nesse mercado. “O caso do petróleo como fonte de energia desatou uma busca frenética por alternativas de suprimento, antes inviabilizadas pelo baixo custo relativo dos combustíveis fósseis”, acrescentou o secretário de Comércio Exterior, Ovídio de Ângelis, na solenidade que marcou a abertura do seminário.

POTENCIAL - Na visão de Nascimento, o Brasil como um dos principais produtores mundiais de etanol, dono de 36% do mercado internacional, deve liderar a expansão da “economia de biocombustíveis” e “Goiás tem a maior potencialidade para assumir no País papel de destaque nesse processo”. O secretário lembrou, por exemplo, que o ritmo de crescimento do setor canavieiro no Estado tem superado a média nacional. Enquanto a produção de

cana em todo o País cresceu 89% desde a safra 1993/1994, passando de 218,34 milhões para 412,19 milhões de toneladas esperadas para 2006/2007, em Goiás a colheita prevista para a safra em curso tende a ser mais de três vezes maior – 16,66 milhões diante de 5,08 milhões de toneladas há 13 safras.

A participação do Estado na produção doméstica, limitada a 2,3% no ano agrícola de 1993/1994, quase dobrou no período, devendo alcançar pouco mais de 4% na safra que se encerra em junho do próximo ano. Nascimento e seu colega de secretariado, Ridoval Chiaroloto, da Indústria e Comércio, mostram que o parque usineiro do Estado abriga hoje 15 plantas de processamento de açúcar e álcool, mas há 37 projetos de expansão e/ou instalação de novas unidades, com investimentos previstos de R\$ 4,3 bilhões, cinco deles já em processo de implantação.

Quando concluídos e em operação, estima-se que deverão empregar 21.378 pessoas, mais do que triplicando a produção goiana de álcool, prevista em 855,1 milhões de litros em 2006/2007. Os números mais recentes indicam uma ca-

pacidade instalada ao redor de 3,2 bilhões de litros. “Esses números tendem a ficar defasados com celeridade, pois há um número crescente de novos projetos desembarcando no balcão do Produzir (Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás)”, afiança Chiareloto. Pelo menos mais quatro projetos já aprovados prevêem investimentos de R\$ 200,493 milhões na produção de biodiesel.

Um estudo recente da Assessoria de Gestão Estratégica do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) projeta um crescimento de 127% para a produção e a demanda total pelo etanol produzido no País, incluindo álcool combustível e industrial, entre 2005 e 2015. A produção sairia de quase 16,22 bilhões para 36,85 bilhões de litros, suficientes para fazer frente a um salto de 219% nos volumes exportados (de 2,66 bilhões para 8,48 bilhões de litros) e ao avanço de 109% previsto para o consumo interno (de 13,55 bilhões para 28,36 bilhões).

A REAÇÃO DO “GIGANTE” - Os números mostram que há mercado para dar suporte aos planos de



Oton Nascimento Júnior, da Sefaz-GO: combinação única de fatores

expansão da indústria, mas o Brasil ainda titubeia em relação aos rumos futuros para o setor. O governo norte-americano, ao contrário, reage com vigor e determinação. Desde agosto do ano passado, aprovou e vem colocando em prática o Programa de Combustíveis Renováveis (Renewable Fuel Program), como parte de seu ambicioso Energy Policy Act, que pretende reduzir ou eliminar (se possível) a dependência dos Estados Unidos em relação ao petróleo importado. O programa determina que o uso de

combustíveis renováveis na gasolina deverá atingir, em 2012, perto de 7,5 bilhões de galões (28,4 bilhões de litros, em números aproximados), praticamente o dobro dos níveis registrados em 2005, de acordo com o Conselho Americano de Energia Renovável (Acore, na sigla em inglês).

Wall Street, maior centro financeiro mundial, já vislumbra possibilidades de lucro no mercado de energias renováveis, o que inclui o etanol. Apenas no ano passado, segundo levantamento da empresa de pesquisas New Energy Finance, investidores em todo o mundo despejaram US\$ 48 bilhões em companhias e projetos dedicados à produção de energia limpa, contemplando desde a geração eólica até plantas de etanol. Para este ano, estima-se que os investimentos poderão alcançar US\$ 60 bilhões – 25% a mais.

O subprograma norte-americano de incentivo à substituição de combustíveis fósseis por biodiesel e outros combustíveis alternativos criou benefícios fiscais e incentivos para pequenos produtores com capacidade para até 60 milhões de galões (227,1 milhões de litros por



Paulo Afonso Ferreira, da Fieg: “Chegou o momento da ação”

Seminário destaca potencialidades do Estado

De 28 a 30 de julho, o governo de Goiás e a Federação das Indústrias do Estado de Goiás (Fieg) promoveram o seminário Goiás: A Nova Fronteira dos Biocombustíveis. O evento contou com a participação da Caramuru Alimentos, da J.A Rubiano Consultores Associados, do Sindicato da Indústria de Fabricação de Álcool do Estado de Goiás (Sifaeg), do Sindicato da Indústria de Fabricação de Açúcar do Estado de Goiás, do Sebrae e da Petrobras.

Mercado para combustíveis renováveis há, dentro e fora do País. De acordo com o gerente de comércio de álcool e oxigenados da Petrobras, Sillas Oliva, o consumo mundial de etanol é de 46 bilhões de litros e deve chegar a 80 bilhões de litros até 2012, num avanço de 74%. Atualmente, 60% do álcool produzido mundialmente vem da cana-de-açúcar.

Nos Estados Unidos, que tem no milho a principal matéria-prima do etanol, a demanda será de 53 bilhões de litros, quando a proporção de mistura de etanol à gasolina passar dos atuais 4% para 10%. A produção americana está prevista em 18 bilhões de litros neste ano, de acordo com Oliva. Já o Japão tem como meta reduzir a dependência de combustível fóssil de 98% para 80%. Com a adição de 3% de álcool à gasolina, o consumo passa a ser de 1,8 bilhão de litros por ano. Mas pode chegar a 6 bilhões de litros, assim que a exigência de adição de 10% de etanol à gasolina (E10) foi cumprida.

Para Oliva, Goiás, Minas Gerais e São Paulo são os Estados que saíram na frente na estruturação de programas de produção de etanol e, por isso, devem lucrar com o crescimento das exportações. A Petrobras também está investindo na construção de um duto, com 800 quilômetros, que deve integrar a hidrovía Paraná-Tietê aos terminais portuários de Ilha d'Água e São Sebastião (RJ).

A expectativa, segundo ele, é de que o Brasil tenha uma capacidade de exportação de 8 milhões de metros cúbicos de álcool em 2012. Oliva, no entanto, destaca que o futuro do álcool está na sua utilização como matéria-prima para a produção do hidrogênio.

Vice-presidente da Dedin, empresa que atua no ramo de fornecimento de instalações e plantas completas para indústrias de bionergia, José Luiz Olivério destacou a possibilidade de integração das plantas de produção desses combustíveis renováveis. A integração é vantajosa, uma vez que tanto o óleo vegetal quanto o álcool são matérias-primas para a produção de biodiesel.

No Brasil, atualmente, são produzidos 60,1 milhões de litros de biodiesel pelos produtores já instalados. Segundo Olivério, a produção anual deverá chegar a 1,6 bilhão de litros no final de 2007. Ele alertou para o fato de que hoje o custo de produção de biodiesel é maior que o de diesel e distorções tributárias e legais acabam penalizando mais os produtores do combustível renovável do que o óleo importado.

ano). Até o final do ano, essa categoria de produtor receberá do governo um crédito fiscal equivalente a US\$ 0,10 por galão para um total acima de 15 milhões de galões (56,8 milhões de litros) de biodiesel produzidos a partir de produtos agrícolas (milho, predominantemente).

Redes de distribuição e revenda de combustíveis também terão direito a receber créditos fiscais. O custo total dessa política para o contribuinte norte-americano poderá atingir US\$ 5,986 bilhões entre 2005 e 2015, somando um aumento direto de gastos do governo de US\$ 4,389 bilhões e uma redução de receitas de US\$ 1,597 bilhão, numa previsão do Congresso. Além disso, a produção interna de etanol, reconhecidamente mais cara do que a brasileira, recebe proteção tarifária. As importações de álcool são taxadas a US\$ 0,54 por galão, o que praticamente anula as vantagens comparativas do Brasil nessa área e, obviamente, favorece a produção local.

Nesse momento, os Estados Unidos já ultrapassaram o Brasil como maior produtor mundial de etanol, segundo dados do Acore. A entidade estima que a construção de novas usinas em solo americano consumiu perto de US\$ 2 bilhões no ano passado, elevando a capacidade instalada para 4,4 bilhões de galões (aproximadamente 16,65 bilhões de litros). A indústria brasileira produziu, no ano passado, 15,93 bilhões de litros de álcool anidro e hidratado, segundo dados da União da Agroindústria Canavieira de São Paulo (Unica), e espera, para a safra 2006/2007, uma produção de 16,73 bilhões de litros.

ROTEIRO GOIANO - Em Goiás, o setor privado largou na frente nessa corrida pelas oportunidades criadas



José Luiz Olivério, da Dedini: impostos penalizam biodiesel

a partir da elevação dos custos do petróleo. A expansão poderá ocorrer, lembrou Oton Nascimento Júnior, titular da Sefaz-GO, sem que um só hectare precise ser desmatado ou sem que seja necessário reduzir a área destinada à produção de alimentos. “A pecuária de corte ocupa hoje 20 milhões de hectares em Goiás, dos quais 5 milhões estão degradados e poderiam ser reutilizados para a cultura canavieira, sem nenhum novo desmatamento”. Nascimento acrescentou que aquela área seria suficiente para abrigar mais de 150 usinas de álcool, cada uma com capacidade para processar 2 milhões de toneladas de cana por ano, num total, portanto, de 300 milhões de toneladas a mais (18 vezes a produção atual, correspondendo a 73% de toda a produção esperada para o País na safra atual).

O governo estadual tenta, agora, regular o processo e criar novos mecanismos para atrair capitais de fora e incentivar investimentos locais. A proposta, segundo o secretário de Infra-Estrutura, René Pompeo de Pina, é estimular a instalação descentralizada de usinas de menor porte, aproximando a produção de álcool e biodiesel dos centros de consumo no

Estado, trazendo economia no transporte do combustível e custos mais baixos para toda a economia.

O projeto de lei que cria o programa estadual de biocombustíveis, detalha Chiareloto, pretende “consolidar Goiás como principal alternativa para expansão da indústria canavieira nacional, disciplinando todo o processo”. Trata-se, nesse caso, de evitar a repetição de experiências anteriores, baseadas em modelos predatórios que resultaram na instalação de monoculturas de baixa sustentação ambiental e socialmente irresponsáveis.

O projeto determina, entre outras coisas, a realização de um zoneamento socioeconômico e ambiental para identificar as regiões com maior potencial produtivo e melhor oferta de recursos hídricos, prevendo medidas para estimular o uso sustentável desses recursos. Na mesma linha, deverá ser definido um raio mínimo entre as usinas projetadas para Goiás, como forma de evitar a concorrência predatória, premiando os empreendimentos que escolherem regiões menos desenvolvidas.

A política de incentivos será exercida por meio da concessão de benefícios fiscais típicos, num aprimoramento dos privilégios hoje definidos pelo Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás (Produzir) e pelo Fundo de Participação e Fomento à Industrialização do Estado (Fomentar), e com a criação de linhas de financiamento específicas, num trabalho conjunto com a Petrobras. Recentemente, lembrou Nascimento, o governo reduziu de 25% para 15%, o Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) incidente sobre o álcool hidratado tornando o setor mais competitivo. ■



Sillas Oliva, da Petrobras: produção de hidrogênio, futuro do álcool

Avanço tecnológico

Acordo entre Senai e Goiásgás vai impulsionar o desenvolvimento do setor, por meio de projetos inovadores

Menos de um mês depois da assinatura de convênio com a Goiásgás para desenvolvimento de atividades de formação profissional e assessoria técnica e tecnológica na área do gás natural, o Senai concluiu, no fim de julho, os primeiros cursos, com participação de empresários e mecânicos. Firmado no dia 3 de julho, o convênio visa viabilizar e otimizar as aplicações do gás natural em Goiás, disseminando seu uso como alternativa energética nos mais diversos segmentos – industrial, comercial, residencial e automotivo.

As atividades de formação profissional e assessoria técnica e tecnológica são realizadas no Núcleo de Tecnologias do Gás, implantado recentemente na Escola Senai Vila Canaã como parte da parceria, que inclui também a Federação das Indústrias do Estado de Goiás (Fieg) e a White Martins, fornecedora dos kits para conversão veicular. A unidade nasce sob orientação e know-how do Centro de Tecnologias do Gás (CTGás), unidade do Senai localizada em Natal (RN), considerada referência no setor.

Inicialmente, serão ministrados os cursos de mecânico instalador de sistema de gás natural veicular (GNV) e o de gás natural veicular - aspectos técnicos e legais da instalação. Dois instrutores do Senai Goiás foram capacitados no CTGás para ministrar as aulas, que começaram no dia 10 de julho. Com carga horária de 60 e 30 horas, respectivamente, a programação visa preparar



Formação: primeira turma do curso mecânico instalador de sistema de gás natural

mecânicos para realizar conversões e capacitar donos de oficinas, técnicos e engenheiros.

Durante a solenidade de assinatura do convênio, na Secretaria Geral de Gestão do governo do Estado, o presidente da Goiásgás, Carlos Maranhão, falou sobre a importância do acordo com o Senai. “Foi a instituição que deu o apoio necessário para consolidação dos nossos projetos e que aceitou o desafio de qualificar mão-de-obra para o setor”.

O diretor da Escola Senai Vila Canaã, Walmir Telles, disse que a implantação do núcleo eleva o patamar tecnológico da unidade na área automobilística. “Vamos aprimorar os cursos realizados regularmente nessa área, agregar novos recursos e equipamentos, trocar experiências com grandes empresas”, disse.

Menos poluente e mais eficiente que os demais combustíveis, o gás natural ganha cada vez mais espaço

no desenvolvimento econômico do País. Em Goiás, a Goiásgás começa a fornecer gás natural liquefeito (GNL) em setembro. Enquanto ainda não dispõe de ramais de gasoduto, o produto será transportado desde Paulínia por caminhões. Para o diretor regional do Senai Goiás, Paulo Vargas, a chegada do gás natural vai fortalecer o segmento industrial, com aumento da competitividade e da qualidade de seus produtos. “Estamos estruturados para atender boa parte da demanda por mão-de-obra qualificada para o setor”.

Técnicos da Goiásgás informaram que a conversão do motor convencional para o GNV deve custar cerca de R\$ 3,5 mil. Os motoristas pagarão R\$ 1,60 por metro cúbico de gás, o que corresponde ao rendimento de um litro de gasolina. Para as indústrias, o produto será 20% mais barato que o gás liquefeito de petróleo (GLP).■



Hora de investir no biodiesel

REINALDO FONSECA

A economia mundial atravessa um ciclo de grande crescimento. A Ásia, tendo a China como alavanca, e as Américas exibem taxas vigorosas de expansão. A Europa, menos, mas todos crescem em conjunto e as perspectivas continuam otimistas apesar dos preços do petróleo e derivados. China, Índia, Rússia, Coreia do Sul, Venezuela, Argentina e alguns outros países deverão apresentar, este ano, taxas de crescimento acima de 6%.

Essa exuberante evolução implicará na necessidade de mais matéria-prima e mais energia, para a produção e o transporte. Prevê-se para os próximos cinco anos um aumento da demanda de energia em torno de 30% e a maior preocupação com esse incremento diz respeito ao meio ambiente e aos custos futuros do petróleo. Desenha-se, então, com esse cenário, uma oportunidade ímpar para a produção do etanol (álcool anidro) e do biodiesel, combustíveis alternativos e menos poluente do que o petróleo e seus derivados. No mundo, hoje, o Brasil é a melhor alternativa de investimento para esses dois combustíveis, e o Centro-Oeste brasileiro, uma das melhores opções de localização dessas agroindústrias.

Vamos focar o biodiesel, que é o assunto do momento, e para o qual o Estado de Goiás possui condições de ser o maior produtor brasileiro. Temos terra necessária e suficiente, sem prejuízo das lavouras já constituídas, utilizando o espaço das pastagens degradadas. A maioria das matérias-primas recomendadas para produzir o biodiesel se adapta ao solo goiano, com boa produtividade, devendo observar-se, na escolha da alternativa mais adequada, o rendimento do vegetal representado pela relação óleo/hectare.

A tecnologia da produção industrial já foi e está sendo desenvolvida pelos produtores de equipamentos e pelas universidades e fundações de pesquisa, dentre elas a Embrapa. Existem tecnologias capazes de operar com qualquer espécie de matéria-prima e as destinadas a uma espécie de planta vegetal. Estão em instalação em Goiás quatro plantas agroindustriais utilizando tecnologia diversa e com capacidade de produção diferenciada.

No Brasil, as agroindústrias instaladas e em instalação variam a capacidade de 6 milhões de litros/ano a 100 milhões de litros/ano. No Norte, predominam as agroindústrias que utilizam a palma. No Nordeste, estão utilizando a mamona e o dendê. No Centro/Sudeste, prevalece a soja. A tecnologia mais empregada até agora vem sendo a mistura do óleo vegetal com o etanol, resultando no biodiesel, como produto principal, e na glicerina, como produto secundário.

O biodiesel representa excelente oportunidade para o aproveitamento de projetos integrados produtor-indústria; alternativa de produção para o pequeno produtor, que poderá se organizar em associações e/ou cooperativas de produção; estímulo ao pequeno e médio empresário/investidor industrial e certeza de exportação para os grandes projetos agroindustriais que estão se constituindo.

Para o meio ambiente, o programa do biodiesel é muito bem-vindo, e para o País representará menos importação de petróleo bruto e mais exportação. Milhares de empregos serão gerados, milhares de pequenas propriedades serão ativadas, novas tecnologias serão desenvolvidas, com benefícios enormes face aos custos envolvidos.

Para o programa biodiesel avançar com mais celeridade são necessários os seguintes requisitos: conselho de coordenação nacional; integração da política nacional com as estaduais/regionais; definição clara dos incentivos fiscais e financeiros; linhas de crédito disponíveis e a custos compatíveis; adequação da infra-estrutura para a exportação e formação de recursos humanos. Quanto a esse último, o Senai Goiás está formando um quadro técnico para dar assistência e treinamento aos projetos que se instalarem em nosso Estado. Por último, mas não menos importante para a economia do Estado, propomos um programa estadual especial para os pequenos municípios por meio da implantação de microindústrias, em forma de cooperativa, e com o objetivo de fornecer o biodiesel para o consumo da localidade.

A demanda de energia deve crescer 30% em cinco anos e a maior preocupação está relacionada ao meio ambiente e aos custos futuros do petróleo

Reinaldo Fonseca é economista da Federação das Indústrias do Estado de Goiás (Fieg)

Prêmio e cobranças



Condecorados pela Fieg, líderes falam sobre investimentos e perspectivas para a economia e cobram a retomada do crescimento

Mais uma vez o setor industrial goiano homenageia personalidades que contribuíram para seu desenvolvimento. Em 6 de julho, encerrando as comemorações do Dia da Indústria, ocorrido em 25 de maio, no salão do Clube Ferreira Pacheco, em Goiânia, cinco empresários receberam a Ordem do Mérito Industrial, a mais alta condecoração do setor, criada pela Federação das Indústrias do Estado de Goiás (Fieg) há 38 anos. Sua importância e seriedade podem ser avaliadas por um único dado: em quase quatro décadas, a comenda foi outorgada em apenas 17 oportunidades.

A festa contou com a presença do governador do Estado, Alcides Rodrigues, do ex-governador Marconi Perillo e de lideranças políticas e empresariais. Neste ano, foram agraciados com a medalha Armando de Queiroz Monteiro Neto, presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI); Cyro Miranda Gifford Júnior, presidente licenciado da Associação Pró-Desenvolvimento Industrial do Estado de Goiás (Adial); Nelson Pereira dos Reis, diretor-presidente da Copebrás; Nildemar Secches, diretor-presidente da Perdigão Agroindustrial, e Ridoval Darci Chiareloto, secretário de Estado da Indústria e Comércio.

Não foi simplesmente mais uma noite de comemoração para o setor. A solenidade, sob o comando do presidente da Fieg, Paulo Afonso Ferreira, foi marcada especialmente pelo início do que se pretende transformar em um movimento amplo de cobrança aos candidatos à Presidência da República e à classe política em geral para que adotem uma agenda que defina como prioridade a retomada do crescimento da economia em bases sustentáveis.

Os discursos dos presidentes da CNI e da Fieg seguiram tom afinado e incisivo na defesa de mudanças que



Os homenageados e o presidente da Fieg, Paulo Afonso Ferreira (D): Cyro Miranda Gifford Júnior, presidente licenciado da Adial, Nelson Pereira dos Reis, diretor-presidente da Copebrás, Armando Monteiro Neto, presidente da CNI, Ridoval Chiareloto, secretário de Estado da Indústria e Comércio, e Nildemar Secches, diretor-presidente da Perdigão Agroindustrial

A comenda

Mais elevada condecoração da indústria em Goiás, a Ordem do Mérito Industrial foi criada em 1968 para homenagear personalidades e instituições que, na opinião do setor, merecem reconhecimento e admiração em função do trabalho desenvolvido em favor da industrialização no Estado. Numa prova do extremo rigor aplicado na seleção dos homenageados, em 38 anos a premiação foi concedida em apenas 17 oportunidades, condecorando 80 autoridades, empresários e entidades públicas e privadas.

permitam criar, no País, clima favorável ao crescimento de longo prazo. “O elemento que une a indústria, neste momento, é de preocupação com o baixo crescimento, que nos últimos dez anos se situou abaixo do crescimento da economia mundial”, apontou Monteiro Neto. Segundo ele, enquanto no País a renda per capita cresceu a uma taxa anual média de 0,7% naquele período, no restante do mundo o avanço médio atingiu 2,3% ao ano.

“SITUAÇÃO LIMITE” - Neste momento crucial de definições, lembrou o presidente da CNI, os industriais buscam transmitir ao País “o sentido de urgência que conferem ao processo de modernização e à adoção de políticas que contribuam para o crescimento da economia”. Num complemento, Paulo Afonso lembrou que o País exige mudanças estruturais, a começar pela reforma política, “pois não é mais possível suportar o emaranhado anárquico em que se transformou esse setor”. Na visão do presidente da Fieg, o País “ainda se encontra longe do crescimento econômico e do progresso social que merece e que suas incomparáveis potencialidades permitem”.



Jantar, com música do coral da Fieg, reuniu pesos-pesados do mundo político e empresarial

“Chegamos a uma situação limite”, acrescentou Monteiro Neto, ao apontar o esgotamento de um modelo de política econômica que tomou como base, nos últimos anos, um “padrão absolutamente equivocado de ajuste fiscal”. Para o presidente da CNI, esse modelo perverso significou maior carga de impostos sobre as empresas e os contribuintes em geral, cortes sistemáticos de investimentos públicos, exigindo taxas de juros escorchantes, reduzindo as chances de crescimento da economia.

No período que vai de 1991 a 2005, segundo dados da Secretaria da Receita Federal, atualizados recentemente, a carga tributária bruta saltou

de 25,2% para 37,37% do Produto Interno Bruto (PIB), que soma todas as riquezas produzidas pelo País. Os impostos totais recolhidos pela União cresceram do equivalente a 16,72% para 26,18% do PIB, numa variação de quase 57% no período. A carga fiscal exigida por Estados e municípios passou, pela ordem, de 7,29% para 9,62% (32% a mais) e de 1,21% para 1,57% (30% a mais). A fatia da União, que recebia 66,31% dos impostos até 1991, avançou para 70% no ano passado, enquanto a participação somada de Estados e prefeituras encolheu de 33,69% para 30%.

“Vamos parar de centrar riquezas onde já existem riquezas, evoluindo para um processo mais lógico e racional, proporcionando mais a quem possui mais”, clamou Paulo Afonso. O ajuste fiscal reclamado pelos presidentes da CNI e da Fieg deveria tomar como base uma “inflexão” na tendência de crescimento dos gastos públicos correntes, limitando sua variação a taxas anuais inferiores à evolução nominal do PIB, para que a proporção entre despesas e produto passe a ser cadente ao longo do tempo. A providência tenderia a liberar mais recursos para investimentos, além de permitir reversão importante na política monetária,



Presidente da Fieg, Paulo Afonso Ferreira, parabeniza Armando Monteiro Neto, presidente da CNI, no recebimento da medalha

com a adoção de taxas de juros adequadas a um processo de crescimento duradouro.

O PESO DOS JUROS - Ao mesmo tempo em que os investimentos públicos murcharam como proporção do PIB, saindo de 0,9% em 2001 para 0,6% no ano passado, segundo Boletim de Conjuntura do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), a política de juros altos significou brutal transferência de renda para o setor financeiro e rentistas em geral. De um lado, o governo ampliou a carga de impostos sobre a economia e, de outro, transferiu parcela não desprezível dessa arrecadação a grandes grupos, bancos

e investidores, por meio dos juros que remuneraram aplicações em títulos públicos.

Numa estimativa aproximada, que leva em conta o custo do crédito para empresas e pessoas físicas e as despesas do setor público consolidado com juros, entre 2000 e o primeiro semestre deste ano, o setor financeiro recebeu injeção de aproximadamente R\$ 1,640 trilhão, correspondendo a 84,5% do PIB realizado no ano passado pelo País. Na média, todos os anos, empresas, pessoas físicas e governos (federal, estaduais e municipais) transferem ao setor financeiro perto de R\$ 252 bilhões. Neste ano, prevê-se que essa despesa deverá

subir para R\$ 353 bilhões, representando entre 17,5% e 18% do produto esperado para 2006 – um tipo de gasto que não vai gerar empregos e nem representará a produção de um único tijolo a mais.

O presidente licenciado da Adial, Cyro Miranda Gifford Júnior, afirmou que “o segundo semestre de 2006 não deve apresentar surpresas positivas ou negativas, o País está bem economicamente, mesmo com a previsão de crescimento pífio, de apenas 3,5%”. O empresário disse ainda que a Medalha da Ordem do Mérito Industrial foi uma das maiores homenagens recebidas em sua vida e é o coroamento de sua atuação no setor.

Os homenageados



Armando de Queiroz Monteiro Neto

Presidente da Confederação Nacional da Indústria

Industrial, com formação em Administração de Empresas e Direito, assumiu a presidência da Confederação Nacional da Indústria (CNI) em 2002. Além de presidir o Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Pernambuco, Armando Monteiro também representa o Estado no Congresso Nacional como deputado federal em seu segundo mandato, integrando a relação dos parlamentares mais influentes organizada pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap).



Cyro Miranda Gifford Júnior

Presidente da Associação Pró-Desenvolvimento Industrial do Estado de Goiás

Engenheiro industrial e de produção, Cyro Miranda fundou e preside a Associação Pró-Desenvolvimento Industrial do Estado de Goiás (Adial). Relaciona em seu currículo passagens pelo Centro de Processamento de Dados do Bradesco, na Cidade de Deus, em Osasco (SP), e a chefia da equipe que implantou o CPD do Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT). Também fundou e é sócio do Grupo Expansão, holding que controla empresas das áreas de distribuição de alimentos, transportes, comércio e agropecuária.



Nelson Pereira dos Reis

Copebrás Ltda

Diretor-presidente da Copebrás, empresa do Grupo Anglo American Brasil, com pós-graduação em Economia e Administração e formação em Engenharia Metalúrgica pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, Nelson Pereira dos Reis acumula mais de 30 anos de experiência nos setores petroquímico e de fertilizantes. Exerce ainda os cargos de vice-presidente e diretor titular do Departamento de Meio Ambiente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), além de presidir a Câmara da Agricultura da International Fertilizer Industry Association.

Já para o secretário da Indústria e Comércio de Goiás, Ridoval Chiareloto, Goiás apresentaria, hoje, “as melhores perspectivas já constatadas ao longo de sua história”. Ele destacou o programa estadual de incentivo à produção de biocombustíveis, que pretende gerar cerca de 600 mil empregos em Goiás e dobrar o PIB goiano até 2010. Como exemplo de investimentos, Chiareloto enumerou 962 projetos do Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás (Produzir), e mais 362 projetos remanescentes do Fomentar, num total de 1.324 projetos, com previsão de 122 mil empregos e investimentos de R\$ 14,4 bilhões. O secretário classificou a homenagem como reconhecimento

ao trabalho feito pela equipe da secretaria e também como uma soma-tória de mais de 30 anos de atividade como empresário e líder classista.

INVESTIMENTOS - Nelson Pereira dos Reis, presidente da Copebrás, empresa controlada pela Anglo American Brasil, da qual também participa como membro do Conselho de Administração, reafirmou que os estudos finais de viabilidade econômica do projeto Barro Alto deverão ser encaminhados ao *board* da multinacional antes do final deste ano. Os investimentos, nesse caso, estão estimados em R\$ 1,935 bilhão, destinados a consolidar o complexo minero-industrial na região, preven-

do a instalação de uma indústria para a produção de ligas de ferro-níquel, com foco no mercado externo.

A Anglo American trabalha com a perspectiva de produzir ao redor de 2 milhões a 2,4 milhões de toneladas de minério, o que representaria de 35 mil a 40 mil toneladas do metal, preven-do a criação de 3 mil empregos na fase de construção da unidade e perto de 460 colocações diretas durante a operação. Concluída a instalação da planta, a produção tenderia a crescer praticamente quatro vezes, com a Anglo assumindo a liderança nesse setor no Estado.

O projeto de expansão da Copebrás, no entanto, continua sendo reavaliado pela empresa, de acordo com Reis. “As condições macroeconômicas mudaram desde que anunciamos o projeto e a agricultura vive um momento delicado”, disse o executivo. Os planos da Copebrás incluem duplicar a capacidade da planta em Catalão, para 1,3 milhão de toneladas de concentrado de rocha fosfática, num investimento calculado entre US\$ 200 milhões e US\$ 250 milhões.

A despeito do resultado negativo colhido no primeiro semestre deste ano, a Perdígão, segundo anunciou seu presidente, Nildemar Secches, não só mantém seus planos de investimento para Goiás como inaugurou as linhas de salsicharia e lasanhas no complexo instalado em Rio Verde. Em parceria com integrados, o grupo investirá perto de R\$ 670 milhões para implantar outra unidade, agora em Mineiros, com capacidade projetada para 24 mil perus e 140 mil chesters por dia ou 81 mil toneladas de alimentos processados por ano.

Segundo Secches, os sinais para o segundo semestre pareciam mais promissores. Desde junho, as vendas externas apontavam alguma reação, com ganhos em volume e com o retorno dos preços aos níveis históricos. ■



Nildemar Secches
Perdígão Agroindustrial S/A

Engenheiro mecânico formado pela Universidade de São Paulo (USP), em São Carlos, com pós-graduação em Finanças pela Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio de Janeiro, e doutorado em Economia pela Unicamp, Nildemar Secches assumiu a presidência da Perdígão em 1995. Comandou a reestruturação do grupo e participou do processo de descentralização que levou a Perdígão a direcionar investimentos para o Centro-Oeste, com destaque para Goiás. Participa ainda dos conselhos de administração da WEG S/A, que também preside desde 2004, da Ultrapar e da Ichope-Maxion.



Ridoval Darci Chiareloto
Secretário de Estado da Indústria e Comércio

Gaúcho de origem, Ridoval Chiareloto é titular da Secretaria de Estado da Indústria e Comércio de Goiás desde janeiro de 2003. Empresário, com investimentos no setor avícola e no segmento varejista, presidiu o Sindicato do Comércio Varejista de Anápolis e comandou, durante quatro mandatos, a Associação Comercial e Industrial de Anápolis (Acia), além de presidir a Federação das Associações Comerciais, Industriais e Agropecuárias do Estado de Goiás.

Um plano para os próximos quatro anos

Fórum de Entidades Empresariais apresenta aos candidatos propostas para reformar o setor público estadual e preservar o crescimento



José Evaristo dos Santos (Fecomércio), Paulo Afonso Ferreira (Fieg), Alcides Rodrigues, Pedro Bittar (Acieg), Barbosa Neto, Maguito Vilela, Demóstenes Torres, José Alves Filho (Adial) e Melchior Luiz Duarte de Abreu Filho (FCDL): entrega solene

Enquanto o eleitorado se prepara para escolher nas urnas o próximo governador do Estado, o Fórum das Entidades Empresariais de Goiás, numa contribuição ao debate pré-eleitoral e ao aperfeiçoamento das instituições democráticas, preparou e entregou aos principais candidatos ao governo a Agenda Empresarial para o Desenvolvimento de Goiás. Trata-se de extenso documento que desenha uma alternativa de roteiro a ser observado na construção do plano de governo para os próximos quatro anos, cujo objetivo central é a preservação do crescimen-

to e a melhoria da qualidade de vida no Estado.

A solenidade de entrega da agenda, ocorrida no último dia 14 de agosto, nos salões do Castro's Park Hotel, em Goiânia (GO), atraiu as principais lideranças empresariais do Estado e teve a participação dos candidatos Maguito Vilela (PMDB), Alcides Rodrigues (PP), Demóstenes Torres (PFL) e Barbosa Neto (PSB). O documento encaminhado à apreciação dos concorrentes ao governo estadual relaciona as principais propostas e indica prioridades defendidas pelos setores da agropecuária, indústria, co-

mércio e serviços, numa ampla agenda que cobre temas que vão desde o desenvolvimento econômico à reforma do Estado, passando pela saúde, educação, segurança pública até infraestrutura, comércio exterior, meio ambiente e inovação tecnológica.

O Fórum Empresarial, com aparente concordância dos candidatos presentes ao evento, propôs, ainda, a realização de um seminário específico, com a participação de representantes do setor privado, do governador eleito e de sua futura equipe, para “detalhar as propostas e identificar estratégias de atendimento das mesmas no

plano da nova administração”. Essa discussão ocorreria logo em seguida à promulgação do resultado das eleições e antes da posse, marcada para o primeiro dia de janeiro de 2007.

“FALÊNCIA MÚLTIPLA” - Pedro Bittar, presidente da Associação Comercial, Industrial e de Serviços do Estado de Goiás (Acieg), recepcionou os candidatos com um discurso incisivo, que tomou como base os princípios

como um exercício democrático e renovou a cobrança de que as idéias expostas ali sejam discutidas previamente, antes da posse do eleito.

No final da década, observou Bittar, o setor produtivo privado respondia por aproximadamente 60% do Produto Interno Bruto (PIB) do Estado, que registrava uma arrecadação anual em torno de R\$ 1,5 bilhão, considerando-se apenas o Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e

ro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Goiás (Sebrae-GO) retorne à iniciativa privada, como forma de eliminar ingerências políticas no trabalho da entidade. “É imprescindível e inegociável”, reforçou.

MODELO DE GESTÃO - De forma geral, os candidatos presentes reagiram como determina o protocolo da boa convivência política e social. Receberam as propostas de forma

positiva e, não raro, incorporaram parte delas a seu próprio receituário. Numa ordem definida previamente por sorteio, Barbosa Neto, candidato pelo socialista PSB, elogiou as propostas como uma “contribuição ao avanço do processo democrático no País”, prometendo uma gestão administrativa profissional e adaptada às exigências da boa governança pública.

Barbosa Neto classificou como “fundamental” a adoção de um novo modelo de gestão no setor público, que leve em conta a transparência no trato de receitas e despesas, descentralização e enxugamento da máquina. O candidato prometeu adotar uma lista cronológica para pagamento de faturas relativas à execução de obras e ouvir o setor empresarial ao definir um novo modelo tributário para o Estado, que buscará preservar e ampliar incentivos já contemplados na legislação.

Numa antecipação do que pretende colocar em prática, se e quando chegar ao Palácio das Esmeraldas, sede do governo estadual, Barbosa falou em enfrentar “questões macroestruturantes”, como as desigualdades regionais e os desequilíbrios causados



incluídos pelo fórum na Agenda Empresarial. “O País enfrenta, hoje, um processo de falência múltipla de órgãos. E a receita para deixarmos esse quadro para trás exigirá coragem para a aplicação de um choque de gestão no Estado, a exemplo do que o setor empresarial privado já realizou”, declarou Bittar.

O setor público “pesado e endividado”, prosseguiu o representante empresarial, terá forçosamente que se submeter a uma ampla e generalizada reforma. “É mudar ou fechar”, vaticinou Bittar. O presidente da Acieg classificou a discussão da agenda

Serviços (ICMS), e exportava ao redor de US\$ 300 milhões. Hoje, a fatia do PIB gerada pelo setor produtivo avançou para praticamente 90%, enquanto a receita do ICMS escalou a quase R\$ 5 bilhões por ano e as exportações já representam alguma coisa próxima a US\$ 2 bilhões. Os números, na visão de Bittar, refletem a crescente importância do setor empresarial, que pretende vê-los refletidos, em proporção idêntica, em sua capacidade de influenciar decisões e políticas de governo.

Na mesma linha, Bittar defendeu que a gestão do Serviço Brasilei-



Maguito Vilela - PMDB

Advogado por formação, foi eleito vereador em 1976, pela Arena, filiando-se após a reforma partidária ao PMDB. Em 1982 foi eleito deputado estadual e em 1986, deputado federal constituinte. Em 1994 elegeu-se governador e em 1998 senador da República. Propõe, entre outras medidas, a redução da carga tributária e proibição expressa de novos aumentos de impostos.



Alcides Rodrigues - PP

Formado em Medicina, elegeu-se deputado estadual pelo PDC (hoje PP) em 1990. Foi prefeito de Santa Helena entre 1993 e 1996. Em 1998 foi eleito vice-governador na chapa de Marconi Perillo (PSDB). Assumiu o governo do Estado em 31 de março deste ano. Pretende continuar os programas atuais do governo nas áreas econômica e social, além de introduzir o biodiesel na matriz energética do Estado.



Demóstenes Torres - PFL

Promotor de Justiça, foi indicado procurador-geral de Justiça de Goiás por duas vezes. De 1999 a 2002, comandou a Secretaria de Segurança de Goiás. Deixou o cargo para concorrer ao Senado. É senador da República desde 2003. Sugere, em sua plataforma, a criação do Programa Goiás Global, a redução de impostos e a recriação da Sudeco, entre outros pontos.



Barbosa Neto - PSB

Foi assessor especial do governo de Goiás e secretário extraordinário municipal de Goiânia de 1987 a 1988. Filiou-se ao PMDB em 1982 e assumiu o comando do PSB no Estado em 2003. Foi deputado estadual entre 1991 e 1995. Está no terceiro mandato como deputado federal. Defende a transformação do Estado em pólo de agroenergia e a criação de um fundo constitucional para o Entorno do DF.

por uma tendência de crescimento que tem beneficiado de forma intensa as regiões mais desenvolvidas do Estado. No rol de prioridades, apenas esboçadas pelo candidato (que, como todos os demais teve 10 minutos cronometrados para comentar as propostas empresariais recém-distribuídas e falar sobre seus planos), ele citou as regiões do Entorno do Distrito Federal e o Nordeste do Estado - críticas pelo elevado índice de insegurança e baixo índice de desenvolvimento humano.

COBRAS E COBRAS - Concorrendo pelo PFL, o senador Demóstenes Torres abriu sua fala em tom bem-humorado. “Parece que estou no (Instituto) Butantan”, disse ele, referindo-se ao famoso centro de pesquisas biomédicas que produz 80% dos soros e vacinas consumidos no País, incluindo os não menos famosos soros antiofídicos. Dirigindo-se à audiência, majoritariamente formada por representantes do empresariado goiano, Torres completou: “Estou entre ‘cobras’, no bom sentido”.

Aproveitou a desinibição para fazer um pouco de proselitismo político, pedindo votos e doações para sua campanha, “que busca recursos honestos para se manter”. Retomando um discurso mais solene, Torres,



Wellington Vieira: coordenador técnico da Fieg resume propostas aos candidatos

que já transitou pelo tucanato local e hoje freqüenta as hostes pefelistas, defendeu a necessidade da realização de uma reforma política como prioridade número um, considerada por ele como a alternativa para combater vícios e distorções revelados no dia-a-dia do mundo político.

Criticou o inchaço do setor público, identificando nos cargos comissionados um dos motivos para aquele suposto “superdimensionamento” do Estado. Defendeu, como seus opositores também o fizeram, a reforma tributária como alternativa para redução da carga fiscal. “Precisamos de reformas, mas antes precisamos fazer a reforma dos homens neste país”, declarou ainda.

Ex-governador e hoje senador, o peemedebista Maguito Vilela, que as pesquisas colocam na liderança das intenções de voto do eleitorado goiano, disse concordar “em gênero, número e grau” com as propostas incluídas na Agenda Empresarial. Mas tratou de fazer a ressalva: o setor cultural, disse, não foi contemplado no documento distribuído aos candidatos naquela oportunidade.

“DE MÃOS DADAS” - Vilela aproveitou a deixa para ratificar que pretende manter os principais eventos culturais lançados neste e em governos anteriores, citando o Can-



Pedro Bittar: País enfrenta “falência múltipla de órgãos”

to da Primavera, em Pirenópolis, e o Festival Internacional do Cinema Ambiental (Fica), realizado todo mês de junho na cidade de Goiás. Caso venha a ser eleito, prosseguiu, prometeu como um de seus primeiros atos “procurar governadores eleitos e parlamentares das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste” para articular o que deverá ser uma espécie de ofensiva pela preservação dos incentivos fiscais inscritos na legislação dos Estados daquelas regiões.

“Nosso governo pretende oferecer todas as condições para que nossos empresários tenham competitividade e possam crescer. Empresas e Estado andarão de mãos dadas nessa caminhada”, afirmou. Peremptório, disparou: aumentos de impostos estarão terminantemente proibidos ao longo dos próximos quatro anos. A proibição, acrescentou, estende-se mesmo às tarifas de energia – setor que foge à

competência estadual e está sob jurisdição da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). “Quem falar em aumento (de impostos) em meu governo será demitido”, reforçou.

A idéia, disse, é baixar impostos – uma receita que parece comum aos quatro candidatos presentes. Prometeu preocupar-se com a infra-estrutura, especialmente com rodovias e ferrovias, e disse que fará a duplicação da BR-060, no trecho entre Goiânia e Santa Rita do Araguaia.

PLANO ABERTO - Atual governador, Alcides Rodrigues abriu seu discurso referindo-se à situação de instabilidade política criada no País pela ausência de partidos fortes e programáticos. “O que há é uma miscelânea que não permite ao eleitor ter segurança de que seu candidato executará o que promete”. Se reeleito, adiantou, Rodrigues prometeu seguir seu programa de governo,

IMG



Telhas de Concreto Coloridas
Modelo Coppo Vêneto - Genialmente Golana



MELHOR RELAÇÃO CUSTO BENEFÍCIO

- Melhor economia à menor taxa por m²
- Durabilidade superior 12,50 anos por m²
- Produzidas locais em cores personalizadas
- Atendimento direto da fábrica para o cliente

Busque o melhor de todas as alternativas, em qualquer lugar

As cores são referenciais, meramente ilustrativas

Produzimos blocos e canaletas



www.vibracon.com.br

Telêx:

(62) 3316-1598 (Anápolis)

(62) 3283-8838 (Ap. de Goiânia)



IMG

Conversa reservada: José Evaristo dos Santos (Fecomércio), Deocleciono Moreira Alves (Faceig), e José Alves Filho (Adial) trocam idéias antes da solenidade

agregando, claro, sugestões do Fórum Empresarial.

Por isso mesmo, o candidato pepista acredita, como Torres, que a primeira e mais urgente reforma no País deveria ser a política. Retornando ao campo estadual, anunciou que realizará “investimentos maciços” em educação, lembrando as experiências, neste campo, do Chile e da Finlândia. Os dois exemplos “mostram que o caminho é investir em educação”, reafirmou.

Seu plano de governo, disponível na internet aos interessados, será “arrojado e moderno”, incluindo temas sugeridos pela Agenda Empresarial. “Não será um programa pronto e acabado, mas um conjunto de propostas para ser discutido”, afirmou Rodrigues.

PRINCIPAIS PONTOS - A Agenda Empresarial, como expôs Wellington da Silva Vieira, coordenador técnico da Fieg, dividiu os assuntos abordados em 12 capítulos. A seguir, um resumo dos principais pontos:

■ **Gestão pública** - O Fórum Empresarial considera que o Estado brasileiro não conseguiu acompanhar a modernização empreendida pelo setor privado e defende um “choque de gestão”, a ser referendado,

num primeiro passo, pela “renúncia a qualquer iniciativa de aumento de tributos” e pelo enquadramento das despesas no limite estreito dos recursos disponíveis. O documento pede maior transparência nos gastos públicos, com a publicação regular, via internet, da execução orçamentária.

A mesma mídia deverá ser adotada para a divulgação da programação de pagamentos a credores do Estado, “respeitando-se a ordem cronológica de entrada dos processos”. O enxugamento e a racionalização da máquina estatal deverão incluir redução drástica dos cargos comissionados e a profissionalização dos servidores, com adoção de modelos de gestão empresarial. Um programa de austeridade administrativa deverá, ainda, promover redução gradual das despesas de custeio, com fixação de metas de investimento, definidas por porcentual predeterminado do orçamento estadual.

■ **Educação** - Definição de parcerias com Senai, Senac, Senar, Sescop e Senat, com aplicação de recursos que possibilitem aumentar em pelo menos 33% a capacidade de atendimento daquelas entidades. Inclusão de cursos técnicos e tecnológicos, oferecidos pelo sistema “S” no Programa Bolsa Universitária, fortalecimento da Uni-

versidade Estadual de Goiás (UEG), com ampliação da oferta de vagas para engenharia e ciências agrárias.

■ **Infra-estrutura** - Implantação do Plano de Desenvolvimento do Sistema de Transportes de Goiás (PDTG), com a reafirmação do pacto firmado entre os governos de Goiás, Minas Gerais e do Espírito Santo para implantação de um plano integrado de desenvolvimento da logística de transportes no Corredor Leste-Oeste. Compromisso com a instalação do ramal ferroviário entre Santa Rita do Araguaia e Goiandira. Manutenção constante das rodovias estaduais e estradas vicinais, além de viabilização do alcoolduto e reabertura das discussões para implantação da não menos polêmica hidrovía Araguaia-Tocantins. Na área energética, os empresários pedem a manutenção de gestão profissional na Companhia Energética de Goiás (Celg), um programa de apoio a pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) e o programa de incentivo à produção de energia derivada de biomassa.

■ **Financiamentos e incentivos** - Reforço ao Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) e à Agência de Fomento, com mais recursos para ambos. Definição de mecanismo destinado a compensar possível perda dos incentivos do Produzir em uma eventual reforma tributária. Empenho para o reconhecimento dos incentivos em vigor e alongamento do prazo dos benefícios fiscais do Fomentar e Produzir até 2025.

■ **Tributos** - Desoneração e desburocratização tributária para micro e pequenas empresas. Simplificação da legislação estadual nessa área, racionalização das penalidades, prioridade à agregação de valor para a produção local, anistia ao produtor rural e fim da pauta do ICMS para produtos agropecuários. ■

A garimpagem dos votos



REYNALDO ROCHA

Segundo o cientista político Octaciano Nogueira, da Universidade de Brasília, o Brasil está agora na era da ciberdemocracia, numa sociedade de massas cujo grande instrumento de informação é a TV. Assim, ele apresentou sua visão sobre um dos fenômenos atuais da política brasileira, a falência dos comícios nas campanhas eleitorais.

É essa também uma referência nostálgica. Goiânia já viu vitórias eleitorais sendo construídas nos palanques montados em memoráveis comícios na Praça do Bandeirante, no Centro da cidade, e na Praça Coronel Joaquim Lúcio, em Campinas. Juscelino Kubitschek, o pranteado ex-presidente da República, percorreu o Estado, de Sul a Norte, mobilizando multidões nos comícios de onde saiu para sua histórica vitória como senador por Goiás.

Agora, é outro tempo. Manda a televisão, como ensina o cientista político. Mas é esse um meio de comunicação não de muito fácil manejo. Pode eleger, como pode derrotar. Na inossa campanha vivida este ano em Goiás, falta brilho também nos programas da televisão, o que se reflete na pachorrenta evolução das cotações nas pesquisas de intenção de voto. Marcada pela mesmice, a campanha não empolga. Mas, por estar assim, alimenta muitas esperanças, de quem precisa subir para tentar vencer e de quem tem de se segurar para seguir na frente até o fim.

A campanha eleitoral deste ano, no entanto, trouxe uma novidade agradável como foi essa de desglamourizar os comícios, afastando dos palanques as duplas sertanejas e liberando o eleitor para uma opção mais pura, sem a sedução do brinde, da cortesia e até mesmo da camiseta com a inscrição do candidato e do partido político. E se o público se mostra arredio ao comparecimento aos comícios, prova também sua insatisfação. Não era para menos, se partidos também se prestam para o mero aluguel e se deputados e senadores abriram espaço no Congresso Nacional para a instalação ali de um autêntico balcão de negócios.

Mas a democracia resiste, mesmo sob tanto teste de peso. Dessa forma, cabe a cada eleitor o

cumprimento de seu papel. Se tomou nojo da política, que proteste esmerando na escolha, até chegar a um nome confiável. E para quem ainda vê na política a forma mais direta da autêntica representatividade pública, impõe-se o exercício ainda mais rigoroso de seu ofício de cidadão, igualmente investindo na busca do melhor, mas ao mesmo tempo hasteando a bandeira da limpeza e da ética, para que sejam expurgados - e de preferência para sempre - os oportunistas de cada eleição, que se valem da atividade política para o atendimento unicamente dos interesses pessoais.

Bom será o dia da retomada da vontade coletiva, no ressurgimento da alegria que em outros tempos, na época das eleições, tomava as ruas e enchia as praças. De cima do palanque vinham as propostas, e no comício seguinte se instalava o democrático poder do contraditório, no sadio confronto das idéias, de onde se podiam tirar as conclusões mais lúcidas rumo ao voto de qualidade. Nesse tempo que ainda há de vir o comício eleitoral pode resgatar a validade de sua presença na cena política, aliando-se à comunicação mais fria - porque mais distante - da televisão, e assim contribuindo para a maior conscientização de todos, numa ajuda de alto significado para que sejam aprimorados os princípios verdadeiramente democráticos.

Enquanto não volta esse tempo bom, que cada um participe como puder. A carreata, tão em moda, é tão distante quanto a própria televisão, pela barreira física que coloca entre o candidato e o eleitor. A caminhada, recurso de que se valeu o saudoso Henrique Santillo para construir sua vitória na eleição governamental de 1986, é mais direta e dá uma contribuição maior para a interação entre quem vai votar e quem vai ser votado. A propósito, nunca foi de tão valia como agora a lucidez máxima do eleitor para que se elejam pessoas sérias, a forma mais adequada para a faxina ética de que carece hoje a atividade política no Brasil.

“A campanha eleitoral deste ano, no entanto, trouxe uma novidade agradável como foi essa de desglamourizar os comícios”

Reynaldo Rocha é jornalista

Público diversificado

Edição 2006 da Ffatia traz inovações, com participação de empresas estrangeiras e rodada de negócios para micro e pequenos

Embora a expectativa de público e de negócios se aproxime bastante dos números observados no ano anterior, a Feira de Fornecedores e Atualização Tecnológica da Indústria de Alimentação (Ffatia) chega à sua quinta edição trazendo novidades a Goiânia. Parcerias inéditas, mudanças na formatação, incremento dos eventos paralelos e a participação de empresas estrangeiras estão entre as inovações incluídas pela organização do evento. Em 2005, a Ffatia teve um público de 25 mil visitantes e movimentou aproximadamente R\$ 180 milhões.

Segundo Fernando Barbosa, diretor da Multiplus Eventos – empresa organizadora da Ffatia – diante das incertezas provocadas pelo período eleitoral e pelo crescimento pouco significativo da economia, a principal meta para este ano é manter o desempenho de 2005. As mudanças de estrutura, no entanto, visam permitir que o evento atenda melhor a seu público. Multissetorizada, a feira deve agrupar pela primeira vez os expositores de acordo com o ramo de atividade. Fabricantes de embalagens, processos e equipamentos industriais ocuparão espaços exclusivos para cada setor de atividade, tornando a feira mais objetiva.

Iniciativa do Sindicato das Indústrias de Alimentação no Estado de Goiás (Siaeg), em sua quinta edição a feira terá como co-realizadores sindicatos do Sistema da Federação das Indústrias de Goiás que atuam no ramo de alimentação – Sindicato das Indústrias de Laticínios no Estado de Goiás; Sindicato das Indústrias de Carnes e Derivados no Estado de Goiás e Distrito Federal, Sindicato das Indústrias de Alimentação de Anápolis, Sindicato das Indústrias de Fabricação de Alcool de Goiás e do Sindicato das Indústrias de Fabricação de Açúcar no Estado de Goiás.

A Ffatia 2006 será realizada entre os dias 25 e 27 de outubro, das 14 às 21 horas, no Centro de Convenções de Goiânia. O período da manhã será destinado a eventos simultâneos, como o Encontro de Tecnologia de Alimentos do Centro-Oeste, 2º Seminário PackFfatia, 1º Seminário de Setor Sucoalcooleiro, além do Encontro Al-Invest Internacional Tech Alimentação 2006.

A Tech Alimentação é uma promoção do Eurocentro - Fieg e operadores colaboradores. Diretor do Eurocentro, Eduardo Meirelles explica que a entidade é ligada à rede operadora do Al-Invest,



programa de incentivo a parcerias e investimentos entre empresas de pequeno e médio porte europeias e latino-americanas, que conta com operadores nos dois continentes.

Este ano, o Eurocentro promove paralelamente à Ffatia uma agenda de negócios, com a participação de empresas europeias e latino-americanas. Meirelles diz que do encontro podem surgir vários



Última edição: 25 mil visitantes e negócios de R\$ 180 milhões em 2005

tipos de negócios como parcerias comerciais, prestação de serviços de representação e distribuição, transferência de tecnologia, subcontratação, além de investimentos conjuntos.

Para ele, as parcerias podem tanto visar ao mercado interno quanto ao externo. Até o início de agosto, 15 empresas europeias já haviam confirmado participa-

ção, assim como 45 empresas regionais. A expectativa, no entanto, é de que entre 60 e 70 empresas da América Latina marquem presença no evento.

Pela primeira vez no Estado, o Eurocentro participa de um evento na condição de organizador principal. Outras entidades ligadas a Al-Invest, no entanto, vão contribuir como operadoras colaborado-

ras. Meirelles destaca que o trabalho do Eurocentro não se resume a promover o encontro entre os empreendedores dos dois continentes. Além da agenda de negócios, os participantes contarão com acompanhamento dos operadores de sua região e terão o serviço de tradutores à disposição.

Um catálogo com informações sobre os participantes vai ser

distribuído e a rodada vai ser pontuada por visitas técnicas e seminários. Os recursos são garantidos pela União Européia, que disponibilizou 52 milhões de euros para o Al-Invest, para o período 2004-2007. Até o momento, afirma, o investimento tem tido alta taxa de retorno.

De acordo com Meirelles, de forma geral cada euro investido no Al-Invest até o momento tem resultado em 4,29 euros em negócios. A próxima edição da Tech Alimentação, afirma, deve ser marcada pelo aumento do número de participantes. “Nossa expectativa é de que no ano seguinte tenhamos a participação de até 50 empresas européias e 150 empresas da América Latina”, prevê.

Outro destaque da edição 2006 da Ffatia é o incremento da participação de micro e pequenos empresários na feira. Moisés Papalardo Jr., técnico consultor de mercado do Sebrae-GO, é quem explica como deve funcionar a rodada de negócios promovida em parceria com a Multiplus Eventos. Segundo ele, aproximadamente 15 compradores da área de alimentos, de médio e grande porte, devem participar do evento.



Moisés Papalardo: abrir portas para micro e pequenos empreendedores

Aqueles empresários terão a oportunidade de estabelecer contato com aproximadamente 50 pequenos vendedores. Além de fazer o agendamento de conversas, o Sebrae promoverá duas palestras gerenciais para os participantes. Nessas palestras, os expositores vão receber informações sobre a importância de fornecer produtos de qualidade e com garantia, bem como de honrar os compromissos assumidos.

“A idéia é abrir portas, proporcionar um primeiro contato com os compradores. A partir dele,

negócios em médio e longo prazo podem surgir”, explica. Mesmo sem estabelecer critérios para que as pequenas empresas possam participar das rodadas de negócios, frisa, nunca houve qualquer problema para a concretização dos negócios. “Os micro e pequenos empreendedores têm feito a parte deles”, diz Papalardo.

Ele conta que embora seja novidade durante a Ffatia, a rodada de negócios promovida pelo Sebrae já era realizada anteriormente de forma paralela à Agro Centro-Oeste, feira promovida desde 2000 pela Universidade Federal de Goiás, tradicionalmente no mês de agosto. “A Agro Centro-Oeste mudou seu enfoque e agora está mais voltada para a agricultura familiar. Por isso, nós transferimos a rodada de negócios para a Ffatia”, acrescenta. ■



Público: feira desperta interesse entre empresários de todos os portes

Serviço

As inscrições para a Tech Alimentação 2006 foram abertas no dia 14 de agosto e poderão ser realizadas pelo site www.ffatia.com.br/techalimentacao até o dia 10 de outubro. O evento integra a programação paralela da 5ª edição da Ffatia.

FCO E CONCENTRAÇÃO - 1

Os recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), assim como o dinheiro dos fundos congêneres do Norte e Nordeste, favorecem Estados e municípios mais ricos daquelas regiões, agravando a desigualdade intra-regional. A conclusão é de um trabalho recentemente concluído pelos pesquisadores Mansueto Facundo Almeida, Alexandre Manoel Ângelo da Silva e Guilherme Mendes Resende, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

FCO E CONCENTRAÇÃO - 2

As capitais dos Estados do Centro-Oeste e o Distrito Federal, exatamente os municípios com os maiores índices de desenvolvimento humano, mostra o estudo do Ipea, responderam por 46% de todos os recursos liberados pelo FCO até dezembro de 2004. Entre os três fundos regionais, apontam os pesquisadores, o FCO é o que responde mais fortemente “à demanda daqueles municípios mais desenvolvidos”.

RECURSOS VERSUS DESENVOLVIMENTO

(Número de municípios com saldo per capita de empréstimo do FCO acima de R\$ 1,5 mil por faixa de Índice de Desenvolvimento Humano – IDH)

IDH	Municípios com saldo FCO per capita acima de R\$ 1,5 mil (A)	Municípios na área de atuação do FCO (B)	A/B
0,50-0,627	18	134	13%
0,627-0,688	52	240	22%
0,688-0,80	31	89	35%
Total	101	463	22%

RESULTADOS POSITIVOS

A Feira Agro-industrial de Anápolis (Faiana) superou as previsões iniciais. Realizado de 26 a 31 de julho, o evento reuniu 180 expositores e atraiu público estimado em 80 mil visitantes. Os empresários comemoram os resultados alcançados a partir dos primeiros contatos realizados e esperam fechar novos negócios nos próximos meses. Intensa programação paralela movimentou a feira, incluindo apresentações musicais, palestras, exibições de vídeos e shows. De acordo com o presidente da Associação Comercial e Industrial de Anápolis (Acia), Wilson de Oliveira, a cada edição, o evento toma amplitude regional e gera maiores oportunidades para o empresariado de Anápolis e região.



Faiana: Paulo Afonso (Fieg), Paulo Vargas (Sesi Senai), Wilson de Oliveira (Acia) e Ubiratan da Silva Lopes (Sicma) comemoram

PESQUISA E DESENVOLVIMENTO

A exemplo do Produzir, o programa de estímulo à produção de combustíveis limpos em Goiás prevê a criação do Fundo Estadual de Incentivo ao Biocombustível. Formado por contribuições das empresas incentivadas, calculadas como um percentual do benefício fiscal a ser recebido, o fundo financiará pesquisa e desenvolvimento de novas tecnologias, fomentando ainda a constituição de uma rede estadual de pesquisas que tomará como ponto de partida a infra-estrutura já existente no setor. As pesquisas cobrirão desde o desenvolvimento de novas variedades, adaptadas às condições de solo e clima da região, estudos climáticos (de forma a fornecer informações estratégicas para o setor) e de impacto socioambiental, indicando novas formas de aproveitamento da vaca, seus subprodutos e resíduos.

ENGENHARIA FINANCEIRA

O governo do Estado negocia a engenharia financeira que dará suporte aos projetos de biocombustíveis em Goiás. O segmento deverá ser incluído na relação de setores prioritários na análise de crédito do FCO. Além disso, há conversações com a Petrobrás e a Fundação Getúlio Vargas (FGV), por meio de sua empresa de consultoria, para modelagem de fundos de recebíveis lastreados em contratos de longo prazo de compra e venda de biocombustíveis. A empresa de participações do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) poderá ser uma das sócias daqueles fundos. Também estão em andamento consultas a grupos e instituições japonesas, que poderão ainda resultar em contratos de fornecimento de 20 anos, proporcionando lastro para a colocação de recebíveis no mercado.

Para aonde vai a economia?

O País dificilmente conseguirá cumprir as previsões de crescimento alardeadas até recentemente

Não chegou a ser exatamente uma surpresa. O resultado, afinal, era mais ou menos esperado pela indústria, mas veio num tom abaixo daquele previsto pelo mercado – entidade mais ou menos mística, que, no entendimento de setores da comunicação, seria formada exclusivamente por consultores e analistas econômicos, invariavelmente ligados a instituições financeiras.

O comportamento do governo no dia anterior ao anúncio dos dados do Produto Interno Bruto (PIB) no segundo trimestre do ano antecipava que boa coisa não deveria sair do forno do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Numa atitude pouco usual, contrariando o conservadorismo extremado que geralmente define suas decisões, o Comitê de Política Monetária (Copom),

formado pela alta cúpula do Banco Central (BC), resolveu impor um corte de meio ponto porcentual aos juros básicos, reduzindo-os para 14,25%.

Dando lastro aos maus presságios, o IBGE confirmou variação de apenas 0,5% para o PIB no segundo trimestre, quando comparado ao trimestre imediatamente anterior, com avanço modesto de 1,2% em relação ao segundo trimestre de 2005. Em 12 meses, a economia produziu apenas 1,7% a mais do que nos quatro trimestres anteriores. Mais grave, como lembra o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi), a indústria, “que costuma ser o motor do crescimento global”, sofreu queda de 0,3% frente ao primeiro trimestre deste ano e recuou 0,4% em relação ao trimestre abril-junho de 2005. Nos quatro trimestres encerrados em ju-

nho deste ano, a indústria não colocou na rua um único parafuso a mais do que as riquezas produzidas nos 12 meses anteriores.

“Com o resultado, fica bem distante da realidade a perspectiva de crescimento entre 4% e 4,5% para este ano”, avalia o Iedi. E prossegue: “Mesmo para um crescimento mais modesto, como 3,5%, a evolução do segundo semestre teria que se acelerar para níveis que hoje parecem difíceis de serem alcançados.”

Como dado positivo, destacado também pelo Iedi, o consumo das famílias, empurrado pelo crédito, pelo aumento relativo do emprego e da renda, cresceu 1,2% em relação ao trimestre anterior e 4,4% na comparação com 2005. A questão é que todo esse “vigor” tem favorecido, principalmente, empresas instaladas fora do País, como indica o comportamento das exportações e importações no segundo trimestre. No primeiro caso, houve recuo de 0,6% para um salto de 12,1% nas compras externas, sempre em relação ao segundo trimestre de 2005. Isso significa um deslocamento da produção industrial local, em benefício de produtos importados – o que pode explicar, por exemplo, por que a economia não tem conseguido gerar empregos em número suficiente para derrubar a taxa de desemprego, que voltou a subir em julho para 10,7%.

Não deixa de ser sintomático que os investimentos tenham entrado em baixa no segundo trimestre, num tombo de 2,2% na comparação com o trimestre anterior.

Variações do PIB Trimestral em períodos selecionados

Trimestres	Trimestre / trimestre imediatamente anterior (com ajuste sazonal)	Acumulado no ano / mesmo período do ano anterior	Trimestre / mesmo trimestre do ano anterior	Últimos quatro trimestres / quatro trimestres imediatamente anteriores
1º/2003	-1,2	1,5	1,5	2,5
2º	-0,1	0,7	0,0	2,2
3º	0,5	0,4	-0,2	1,4
4º	1,7	0,5	0,9	0,5
1º/2004	1,7	4,0	4,0	1,2
2º	1,2	4,6	5,1	2,4
3º	1,3	5,0	5,9	4,0
4º	0,6	4,9	4,7	4,9
1º/2005	0,2	2,8	2,8	4,6
2º	1,4	3,4	4,0	4,4
3º	-1,2	2,6	1,0	3,1
4º	1,2	2,3	1,4	2,3
1º/2006	1,3	3,3	3,3	2,4
2º	0,5	2,2	1,2	1,7

Fonte: IBGE



Concluintes do curso de mecânica de manutenção de veículos a diesel comemoram: diploma e carteira assinada

Empregos garantidos

Senai e Grupo Odilon Santos encerraram primeira turma de projeto para formação de mecânicos, numa experiência inovadora

Com a carteira de trabalho devidamente assinada, 43 alunos comemoraram muito ao receber certificados de conclusão do curso de qualificação profissional em mecânica de manutenção de veículos a diesel, em solenidade realizada no dia 8 de junho, na Escola Senai Vila Canaã, em Goiânia. Selecionados entre mais de 500 inscritos, eles integraram a primeira turma do projeto idealizado pelo Grupo Odilon Santos, em parceria com a Escola Senai Vila Canaã, para preenchimento de vagas na área de manutenção da empresa.

Iniciada em julho de 2005, a atividade teve duração de 600 horas, divididas em dois módulos – mecânica e estrutura. “O Senai desenvolveu uma programação de acordo com nossas necessidades e isso contribuiu muito para o sucesso do projeto. Tanto que selecionaremos novas turmas ainda este ano. Esses novos contratados têm tudo para crescer na empresa, pois, apesar das dificuldades, investiram tempo e dinheiro não só na possibilidade do emprego, mas na oportunidade da profissionalização”, disse o gerente de Re-

ursos Humanos do Grupo Odilon Santos, Júlio Cezar Rodrigues.

Ele lembrou ainda que o Senai é parceiro antigo no recrutamento e na capacitação de recursos humanos para a empresa. “Buscamos o apoio da instituição pela sua excelência em educação profissional e seu rigor técnico. Por isso, adotamos como pré-requisito os cursos do Senai para quem quer se candidatar a uma vaga no grupo”.

Para Odilon dos Santos Neto, um dos diretores da empresa, as ações realizadas em conjunto com o Senai representam um dos prin-



Thiago Aguiar: “Meu meu maior ganho foi conquistar uma qualificação”

cipais valores defendidos pelo grupo – o investimento em qualificação e na educação continuada de seus trabalhadores. “O grupo está em sua terceira geração e sempre procuramos oferecer oportunidades de crescimento profissional para nossos funcionários



Daniel Alves: da fila de desempregados à profissão de mecânico

porque acreditamos que educação mais empreendedorismo é igual a maior desenvolvimento socioeconômico de qualquer país”, disse.

Responsável pela área de relações com o mercado da Escola Senai Vila Canaã, Hélio Santana observou que a nova experiência



Marcos Costa: “Curso foi cansativo, mas valeu o sacrifício”

com o Grupo Odilon Santos deu tão certo que outras empresas já manifestaram interesse em firmar parceria com a instituição para a realização de projetos semelhantes.

NOVA PROFISSÃO – Auxiliar de Serviços Gerais na Odilon Santos, Marcos Oliveira da Costa viu no curso do Senai a oportunidade de trabalhar em uma área que sempre gostou. “Foi cansativo, trabalhava o dia inteiro e assistia às aulas à noite, mas o sacrifício valeu a pena. Também foi difícil financeiramente, minha esposa teve de me ajudar a pagar o curso, mas agora vou desempenhar uma função com a qual me identifico”, disse.

Desempregado há nove meses, Thiago Aguiar apostou todas as fichas no anúncio da Odilon Santos para participar do programa de formação profissional. “Quando vim fazer a seleção na Escola Senai Vila Canaã fiquei intimidado com a quantidade de candidatos às vagas, mas não desisti e acabei sendo aprovado. Hoje tenho um emprego, mas meu maior ganho foi conquistar uma qualificação profissional. O Senai foi uma importante descober-



“Pensei que tivesse escutado mal, que não fosse verdade. Nunca imaginei que uma empresa pudesse oferecer emprego e, ao mesmo tempo, dar condições para a pessoa adquirir uma profissão.”

Oderlúcio Marques, concluinte do curso de mecânica de manutenção de veículos a diesel, sobre o anúncio no rádio do programa do Grupo Odilon Santos em parceria com o Senai



Júlio Cezar Rodrigues, gerente de RH do Grupo Odilon Santos: novas turmas ainda em 2006

ta e abriu tantos novos horizontes para mim que pretendo fazer outros cursos”, planejou.

Na mesma situação de Thiago, Daniel Alves engrossou a fila do desemprego durante seis meses antes de ser selecionado para integrar a primeira turma do curso de mecânica de manutenção de veículos a diesel. “O projeto foi minha salvação, já não tinha mais perspectivas de trabalho. Agora, além do emprego, tenho uma profissão”.



Odilon dos Santos Neto: ações representam valores do grupo

Do transporte à coleta de lixo

O Grupo Odilon Santos nasceu de um pequeno negócio criado em Uberlândia (MG): a Expresso Pontal, transporte coletivo rodoviário que fazia a ligação entre cidades do Triângulo Mineiro – Martinópolis, Uberlândia e Pontal. Fundada em 1938 por Odilon Santos, a empresa expandiu suas linhas chegando até a cidade de Araguari, onde fixou sede e alterou o nome para Viação Aragarina.

Em 1949, a Viação Aragarina rompeu as divisas de Minas com a entrada no Estado de Goiás, em linhas que serviam Goiânia, Marzagão, Corumbá e Caldas Novas. Com o crescimento da frota, Odilon Walter dos Santos, filho único do fundador do grupo, passou a colaborar com o empreendimento em 1955.

A empresa marcou presença também durante o governo de Juscelino Kubitschek e a construção de Brasília. A Viação Aragarina fez a primeira linha da nova capital, ligando-a a outras cidades. Em 1960, Odilon Santos transferiu sua residência e a sede da empresa para Goiânia,

onde expandiu e consolidou seu negócio.

Em 1986, a Aragarina transferiu suas linhas que circulavam dentro de Goiânia para a Rápido Araguaia, que hoje conta com modernas instalações administrativas e operacionais e é responsável pela maior parte do transporte coletivo na capital e região metropolitana. Atualmente, o Grupo Odilon Santos continua atuando no transporte metropolitano, intermunicipal e interestadual (Viação Aragarina, Rápido Araguaia, Leste Transportes, Itatur, SGO Transportes e Viação Reunidas) e no de cargas (Araguarina Express). Ampliou e diversificou os ramos de atuação, com empreendimentos nos setores de alimentos (Cremmy e Creme Mel), bebidas (Acqua Pura & Leve), distribuição de auto-peças (Polipeças e Motofor), coleta de lixo (SGO Ambiental), além de comunicação e marketing (A13. CONN). Hoje, o grupo possui 15 empresas e se destaca em suas atividades, investindo em modernização tecnológica e na qualificação de seus funcionários.

Oderlúcio Marques trabalhava como porteiro em um prédio residencial há mais de um ano quando ouviu no rádio o anúncio do programa da Odilon em parceria com o Senai. “Pensei que tivesse escutado mal, que não fosse verdade. Nunca imaginei que uma empresa pudesse oferecer emprego e, ao mesmo tempo, dar

condições para a pessoa adquirir uma profissão. Essa parceria do Senai com o Grupo Odilon Santos foi uma iniciativa inovadora que deu oportunidades de crescimento para todos os envolvidos no processo. Não tive dúvidas em deixar o emprego de porteiro para participar do projeto, todo esforço valeu a pena”, comemorou. ■

Em ritmo de crescimento

Para assegurar capacitação com maior eficiência, Senai amplia sua rede com investimentos que superam R\$ 6 milhões

Os avanços tecnológicos e os novos processos produtivos das indústrias aceleram a competitividade no mercado de trabalho ampliam a demanda das empresas por profissionais cada vez mais qualificados. Atento a essa realidade, o Senai Goiás se esforça constantemente para oferecer cursos e serviços sintonizados com as reais necessidades do setor produtivo, em ambientes de ensino compatíveis

com as exigências técnicas e tecnológicas.

Nesse contexto, a instituição investe alto na modernização de suas unidades e na qualidade das ações de educação profissional. As melhorias vão desde a capacitação de mais de 150 docentes nas áreas de metal-mecânica, assessorias técnicas e tecnológicas, formação pedagógica e de auditores da ISO até a implantação da Unidade Integrada Sesi Senai em Niquelândia, integrando a região Norte do Estado à rede de ensino. Entre projetos em andamento e já concluídos, os investimentos aproximam-se de R\$ 6,3 milhões.

Um ano depois da assinatura do convênio para a construção, a Unidade Integrada Sesi Senai em



Unidade Integrada Sesi-Senai Niquelândia: uma parceria com a Votorantim, Anglo American Brasil e prefeitura

Niquelândia foi inaugurada em setembro para atender empresas e comunidades do Norte goiano, com cursos de educação profissional, assistência técnica e tecnológica, programas de saúde, lazer, esporte e cultura.

Fruto da parceria com a Votorantim Metais Níquel, Anglo American Brasil e prefeitura do município, a implantação do centro absorveu investimentos de cerca de R\$ 2,8 milhões em obras e na aquisição de bens, máquinas, equipamentos e outros materiais. Os recursos foram bancados pela prefeitura, empresas parceiras e Departamento Nacional do Sesi e Senai.

Outra unidade integrada foi consolidada recentemente em Apa-

recida de Goiânia, na região metropolitana da capital, com a implantação das novas instalações do Senai no Centro de Atividades Venerando de Freitas Borges, do Sesi. A apresentação dos novos ambientes foi feita no dia 25 de maio, em comemoração à Semana da Indústria.

Desde 1994, Aparecida conta com os serviços do Sesi e, neste ano, o Sistema Fieg expandiu suas ações por meio da educação profissional oferecida pelo Senai, com mais de 20 cursos nas áreas de automação industrial, eletroeletrônica, gestão, informática e vestuário. As reformas, adaptações físicas e compras de equipamentos somaram investimentos

superiores a R\$ 300 mil.

Comemorando neste ano seu Jubileu de Prata, a Escola Senai Vila Canaã, em Goiânia, implantou novos ambientes – o Núcleo de Tecnologias do Gás, o Laboratório de Sistemas Elétricos de Potência e o Núcleo de Informação Tecnológica – e modernizou seu parque gráfico com a aquisição de uma impressora off-set quatro cores, modelo top de linha da Heidelberg, fabricante alemã. A unidade ainda fez reformas em sua recepção e no Núcleo de Relações com o Mercado. Ao todo, foi investido R\$ 1,5 milhão em compras de equipamentos, ferramentas, acervo bibliográfico e na estruturação e adequação física dos ambientes.

Também em Goiânia, a Faculdade de Tecnologia Senai Ítalo Bologna inaugura em outubro a Unidade Tecnológica do Cal-

çado, estruturada com recursos de quase R\$ 600 mil do Departamento Nacional.

A Escola Senai Fernando Bezerra, de Rio Verde, no Sudoeste, conta agora com ambiente para a realização de cursos na área de vestuário, implantado em parceria com a prefeitura do município. Em Itumbiara, no Sul do Estado, está em andamento na Escola Senai local a construção de uma oficina de confecção. Na Escola Senai de Catalão, no Sudeste goiano, já está em pleno funcionamento a unidade de confecção, estruturada para atender à demanda da região por profissionais qualificados. Os investimentos nas três escolas somaram cerca de R\$ 700 mil.

Além disso, Itumbiara e Catalão implantaram seus núcleos de Informação Tecnológica, com recursos em torno de R\$ 200 mil do

Senai regional e nacional.

Em Anápolis, a Faculdade de Tecnologia Senai Roberto Mange incrementa o atendimento ao setor fármaco-químico com as reformas e melhorias realizadas nos laboratórios destinados às aulas práticas na área. A instituição também aplicou quase R\$ 190 mil na informatização de todas as secretarias de suas unidades, com a implantação de um sistema integrado de gestão escolar.

Para o gerente de Educação Profissional do Senai Goiás, Manoel Pereira da Costa, a modernização da rede de ensino da instituição representa um avanço nas atividades de educação profissional. “Nosso maior objetivo é formar recursos humanos cada vez mais capacitados, eficientes, produtivos e adaptados às novas exigências do mercado de traba-

MINUTO ECONÔMICO

De segunda à sábado, na RBC FM, no decorrer de todo o dia, tudo sobre economia em Goiás e no Brasil.

Ligue 90,1 FM e em um minuto você fica sabendo das últimas novidades do mundo econômico e ouve os comentários do que acontece perto e longe de você.

MINUTO ECONÔMICO
Um programa inteligente
para você que é mais!

RBC FM 90,1

Sesi moderniza unidades

Projeto de revitalização e reformas deverá exigir investimentos de R\$ 8,5 milhões apenas neste ano

Desde o ano passado, o Sesi Goiás realiza uma série de mudanças em suas unidades, reformando e revitalizando a estrutura física e modernizando equipamentos. Para este ano, o investimento é superior a R\$ 8,5 milhões, com a inclusão de recursos do Departamento Nacional do Sesi.

Na Unidade Integrada Sesi-Senai Niquelândia, implantado, em parceria com a Votorantim Metais Níquel, Anglo American Brasil e prefeitura do município, foram construídas piscinas, quadra poliesportiva, campo de futebol gramado e vestiários.

Em Goiânia, houve reformas nas bibliotecas das unidades do Centro, Jardim Planalto, Vila Canaã e Campinas. O Clube Antônio Ferreira Pacheco passou por reformas na churrasqueira, ganhou novos revestimentos em torno

do lago e das piscinas, além da troca de piso das quadras poliesportivas. Em Catalão, houve adequações no salão de eventos, no vestiário e na recepção.

Na área da saúde, o Sesi iniciou em março a estruturação de núcleos de saúde e segurança do trabalho nas unidades de Aparecida de Goiânia, Catalão e Anápolis, facilitando o acesso das indústrias a esses serviços. O Centro de Atividades Goiânia, que já atua na área, recebeu equipamentos complementares.

No final do ano passado, houve a transferência do Centro de Atividades Goiânia da Vila Nova para o Centro. Novos equipamentos foram adquiridos e a estrutura do Palácio da Indústria foi adaptada para receber laboratórios de análises clínicas, atendimento odontológico e de saúde e segurança no trabalho. Em obra iniciada no ano passado e concluída

neste ano, os jardins do Clube Sesi Antônio Ferreira Pacheco foram revitalizados, com o objetivo de deixar o ambiente mais claro.

Na unidade do Sesi em Aruanã, foram reformados três blocos da estrutura hoteleira. Houve mudança na cobertura, no revestimento de piso e parede, mobiliário, equipamentos, portas, janelas, louças e metais. O forte sol da cidade foi aproveitado para a iluminação natural dos blocos. Além de diminuir gastos com energia elétrica, a luz natural proporciona a impressão de um ambiente leve e limpo. Ainda este ano ocorrerão reformas também nos pavilhões 4 e 5, assim como no bloco das salas de vídeo e TV, que será transformado em um ambiente climatizado, com recursos audiovisuais necessários para a realização de congressos e outros eventos. ■



Modernização: estrutura hoteleira foi reforçada para oferecer serviços de qualidade ainda melhor ao usuário

Medalha de prata

Nadador Guilherme Lopes conquista segunda colocação no Mundial de Natação do Trabalhador, na Itália

Tudo começou em Goiânia, na fase municipal dos jogos do Sesi do ano passado, e de etapa em etapa vencida, o nadador Guilherme Lopes foi parar na Itália. Trabalhador da Teleperformance, empresa prestadora de serviços de telemarketing e telesserviços, ele obteve a segunda colocação na competição de 200 metros peito, no Mundial de Natação do Trabalhador, na cidade de Pesaro na Itália, no final de junho. Ao todo, participaram 24 atletas brasileiros em disputa que reuniu mais de 300 trabalhadores da Áustria, Bélgica, Suíça, França, Itália e de Portugal. O evento é promovido pela Confederação Esportiva Internacional do Trabalho (CSIT).

O atleta foi classificado para o mundial com os resultados obtidos nos Jogos Nacionais do Sesi, que ocorreram no mês de maio, em Uberlândia (MG). Lá, Guilherme conquistou o primeiro lugar nos 100 metros peito, segunda colocação nos 50 metros livres e peito e 200 metros medley. “O esporte traz muitos valores agregados. Aprendi a trabalhar de um modo diferente”, explica o nadador. Apesar da tripla jornada, que inclui trabalho, natação e curso de graduação em internet e redes, Guilherme treinou três vezes por semana.

A diretora de Responsabilidade Social da Teperformance, Jorcelina Lopes de Menezes Moraes, afirma que os trabalhadores-atletas são exemplos para os demais funcionários. Por meio do esporte se sentem motivados e aprimoram a capacidade de trabalhar em equipe.



Guilherme Lopes nos Jogos Nacionais em Uberlândia: classificação para o mundial

Concluída etapa municipal dos Jogos da Indústria

De maio a agosto ocorreu a fase municipal dos Jogos da Indústria em Goiânia, Aparecida de Goiânia, Itumbiara, Catalão e Rio Verde. O evento mobilizou cerca de 2 mil trabalhadores nas modalidades de atletismo, futebol de campo, futebol soçaitete sete master, futebol de salão, natação, voleibol de quadra e de areia, tênis de mesa, xadrez, truco. Só em Goiânia participaram 654 trabalhadores de 51 equipes, que representaram 20 empresas.

Os times classificados nessa fase (Goiânia e interior) participam em setembro da fase estadual. Os vencedores disputam a regional em novembro,

em Campo Grande (MS).

A finalidade dos jogos é reunir, por meio do esporte, trabalhadores na indústria e empresários, estimulando e despertando para a prática esportiva na empresa. Pesquisa do Departamento Nacional do Sesi divulgada neste ano mostra que a prática de atividades físicas ou esportivas melhora o ambiente de trabalho e que os trabalhadores-atletas são menos propensos a doenças. No levantamento, dirigentes de empresas confirmam que o trabalhador saudável é mais produtivo, falta menos ao trabalho e utiliza menos serviços de saúde.

Benchmarking industrial

De empresa para empresa, conhecer as diferenças pode ser fundamental para aumentar a competitividade

Você já pensou nos pontos fortes e fracos de sua empresa? Já se comparou com o concorrente? E com o mercado mundial? Pode parecer um exercício em vão, uma reflexão à toa, mas essa prática é capaz de fazer muita diferença e apontar novos rumos para o seu negócio. Isso mesmo! A fotografia da realidade atual de sua empresa e a comparação com seu principal concorrente é uma forma de estabelecer objetivos claros e metas de desempenho factíveis.

Isso se chama benchmarking industrial, instrumento de gestão que auxilia na competitividade, adotado por organizações e indústrias brasileiras de segmentos variados que buscam entender como as práticas implementadas e a cultura da empresa influenciam na satisfação dos clientes e nos resultados. Esse subsídio de “padrão de referência” oferece às empresas a possibilidade de construir uma nova mentalidade, focada no desenvolvimento para responder, com mais

competência e maior velocidade, às exigências e mudanças constantes dos cenários econômicos nacional e internacional.

Durante a aplicação da metodologia, que dura apenas três dias, a empresa consegue identificar suas práticas e performance, as oportunidades de melhoria e também as práticas de maior destaque e desenvolver um plano de ação priorizando as áreas de gestão de acordo com o objetivo de seu negócio. “Com essa auto-avaliação, a empresa pode re-



Marley Antônio da Rocha, da Goiarte: identificar vantagens e reconhecer deficiências para crescer com solidez

conhecer a distância a ser percorrida para alcançar o padrão das líderes mundiais”, explica a engenheira e coordenadora da área de Consultoria em Gestão Empresarial do Instituto Euvaldo Lodi Goiás (IEL), Vera Lúcia Elias de Oliveira.

BENEFÍCIOS - Os ganhos com o benchmarking industrial são amplos e percorrem em curto espaço de tempo os setores da empresa. “Quando utilizada nas várias unidades operacionais de uma mesma organização, a ferramenta favorece a disseminação de melhores práticas e o compartilhamento de informações,

experiências de sucesso e competências internas”, afirma Vera Lúcia Oliveira, que acompanha e orienta a aplicação da metodologia em empresas goianas.

Devido à competição acirrada do século 21, as empresas não mantêm um modelo fixo de gestão ideal. Praticam uma ginástica ininterrupta para sobreviver, conduzir os negócios sem improvisos, amadorismo e com mais planejamento e acertos. E o “suor” desse exercício empresarial, ao contrário do esforço físico humano, não resulta em perda de calorias e de massa; é, sim, traduzido em inteligência, em estratégia e inserido



Divulgação

Ricardo Luiz Soeltl, da Orsa: oportunidade para romper paradigmas

Elas já entenderam

Goiás é um Estado exemplo. Mesmo ainda recentemente, empresas de visão que já aplicaram a metodologia enumeram benefícios advindos do benchmarking industrial. A primeira em Goiás a conhecer a ferramenta foi a Goiarte, de Aparecida de Goiânia. Fabricante de artefatos de cimento, a indústria tem sua história marcada por constantes investimentos em tecnologia, ampliação da linha de produtos e capacitação de pessoal.

Com o benchmarking industrial, a empresa viu que tem oportunidade de se situar em relação às outras do segmento. “Nos interessamos pelo uso da metodologia para reconhecer nossas deficiências, nos encontrar, ver que temos espaço para trabalhar”, define o diretor-proprietário da Goiarte, Marley Antônio da Rocha. Com 14 anos de vida empresarial, ele foi despertado pela chance de aproximação com o mercado por meio do

conhecimento daquilo que o concorrente faz e como faz.

Marley da Rocha conta que já havia buscado referências em outras empresas, mas “não da forma que foi empregando o benchmarking industrial”. Demonstrando satisfação, o empresário já implementa ações na empresa, frutos do estudo e do plano de ação. “A aplicação da ferramenta já nos trouxe resultados nas áreas de controle do processo, de qualidade, na atenção que é dada ao cliente”. Consciente do percurso que tem a vencer, Rocha espera novamente aplicar a metodologia daqui a algum tempo, “pois temos um caminho longo e estamos planejando para caminhar mais rápido. A experiência nos alertou para isso”.

Em Rio Verde, município do Sudoeste goiano, região conhecida por “PIB Verde”, dado seu potencial agroindustrial, a unidade do Grupo Orsa, Papel e Embalagens entendeu que, ao se comparar com outra empresa, está, antes de tudo, conhecendo a si própria de maneira

mais clara. “É uma oportunidade para rompermos alguns paradigmas”, declara o gerente-geral da unidade, Ricardo Luiz Soeltl. Com aprovação da presidência do Grupo Orsa, um conglomerado empresarial de capital 100% nacional, o trabalho em Rio Verde será estendido às demais unidades industriais, revela Ricardo Soeltl, ao comentar que o resultado da condução do processo pelo IEL de Goiás e de Santa Catarina superou as expectativas da indústria em todos os sentidos.

“O benchmarking industrial foi importante, porque fizemos um raio X da indústria. Nos trouxe visão inovadora”, acrescenta Evandro Souza, analista administrativo da Caramuru em São Simão (GO). Na mesma linha, Fátima Alves Martins, diretora da Alca Foods, sustenta que, “com certeza, a ferramenta é importante para uma indústria que quer sobreviver com saúde nos dias de hoje”.

Histórico

O benchmarking industrial é fruto de um método desenvolvido pela London Business School e pelo IBM Consulting Group e que deu origem ao estudo Made in Europe (MIE).

A motivação para o Made in Europe surgiu da discussão sobre desafios e mudanças nas regras de competição internacional, especialmente sobre como a indústria europeia estaria posicionada em relação ao padrão denominado classe mundial, em aspectos como custo, qualidade, flexibilidade e atendimento ao cliente. Tal estudo foi iniciado em 1993 e deu origem a um banco de dados internacional, orientado para a medição do nível de práticas no padrão classe mundial implantadas nas empresas industriais europeias e a performance operacional resultante de sua adoção.

A partir da iniciativa, outros países, como Suíça, Austrália, Bélgica e, mais recentemente, Brasil, Dinamarca, França, África do Sul, Suécia e Estados Unidos, se interessaram em participar do programa. Em cada um deles, foram criados programas coordenados por entidades locais, com o objetivo de comparar suas empresas com as líderes mundiais e posicionar a indústria em relação ao padrão classe mundial. O banco de dados internacional conta hoje com cerca de mil empresas, dos mais diversos setores, de 33 países.

No Brasil, o ponto de partida foi o convênio firmado com o IMD (International Institute for Management Development), pelo qual o Instituto Euvaldo Lodi de Santa Catarina transferiu a tecnologia e adaptou-a à realidade das empresas brasileiras. Foi assim que, em 1997, surgiu o projeto nacional Benchmarking Made in Brazil. Em 2003, em convênio firmado com a Finep, foram agregadas ao método as áreas de gestão da inovação e desenvolvimento de novos produtos e, no ano seguinte, a área de meio ambiente, saúde e segurança.

A partir de 2005, com a formação da Rede Nacional, o benchmarking industrial pôde ser disseminado rapidamente em empresas industriais de todo o Brasil pela atuação das instituições multiplicadoras credenciadas pelo IEL de Santa Catarina.

Fonte: Portal www.bmk.com.br



Caramuru, em São Simão (GO), em operação logística na hidrovia Paraná-Tietê: raio X da empresa, numa “visão inovadora”

no mundo da competitividade e nos fundamentos da excelência. “Portanto, é ímpar que as empresas avaliem sua gestão para identificar se as várias ferramentas gerenciais adotadas estão conduzindo a organização a um posicionamento diferenciado e apto a posicioná-la frente aos concorrentes”, completa Vera.

De acordo com a consultora do IEL Goiás, para a empresa “suar” menos e direcionar melhor os investimentos é recomendado centrar os esforços em tirar proveito dos pon-

tos fortes, onde a empresa já atingiu um padrão de excelência. A real oportunidade de melhoria está nos pontos vulneráveis, ou seja, onde a empresa se encontra mais distante dos líderes de seu setor. “Mas para conhecer e detectar esses pontos a aplicação do benchmarking é indispensável”, argumenta.

Instituição multiplicadora do benchmarking industrial, o IEL Goiás oferece mais esse serviço às empresas do Estado com o propósito de possibilitar a elas os benefícios da ferramenta, hoje adotada por países como Inglaterra, Suíça, Austrália, Bélgica, Dinamarca, França, África do Sul, Suécia e Estados Unidos. Vera Lúcia diz que o IEL espera contribuir para o crescimento das indústrias e empresas goianas, já que por meio da ferramenta a organização identifica oportunidades de melhoria, avalia a relação prática-performance das áreas que compõem os indicadores, estimula a integração entre as áreas da gestão empresarial, motiva a equipe pelo uso do enfoque participativo, fornece subsídios para o estabelecimento de metas factíveis, auxilia na elaboração de planos de ação e retroalimenta o planejamento estratégico. ■



Vera Lúcia Elias de Oliveira, consultora do IEL-GO: disseminação de melhores práticas e compartilhamento de informações



Muito além de uma simples comparação

CRISTIANE MITSUÊ IATA

Muitas vezes nos deparamos com o conceito de benchmarking interpretado de forma errônea. Na tentativa de traduzir o termo em inglês utiliza-se, por exemplo, cópia ou comparação. Benchmarking, definitivamente, não é cópia e vai muito além de uma simples comparação. Em uma empresa, o processo de benchmarking procura conhecer o que as líderes estão fazendo, quais são as principais diferenças existentes entre a empresa e as líderes e como atuar para diminuir tais diferenças. É essencial, porém, que seja realizada uma análise crítica para identificar se o que as empresas na posição de liderança estão fazendo deve ser adaptado (e não simplesmente copiado) à realidade da empresa. O erro está em sair copiando práticas para uma empresa, somente porque estão dando resultado em outra. Essa etapa de análise crítica é tão importante quanto saber os segredos de quem lidera o mercado.

No benchmarking industrial realizamos esse exercício com os nossos clientes. O trabalho se inicia com uma

auto-avaliação da empresa que pontua cenários de acordo com o seu status atual, o que comumente chamamos de fotografia da realidade atual. Depois de “tirada a fotografia”, é iniciado um processo que tem duração de três dias, nos quais o facilitador visita a empresa, processa os dados num banco de dados mundial e apresenta os resultados.

Nesses resultados, por meio de indicadores, são mostradas as principais diferenças entre a empresa e as líderes de seu setor de atuação. São

indicadores de organização e cultura, qualidade total, desenvolvimento de novos produtos, gestão da inovação, meio ambiente, saúde e segurança, logística e produção enxuta. As diferenças apresentam oportunidades para melhoria, que devem passar pela análise crítica da empresa, para só então serem implementadas. Para tal, o facilitador auxilia a priorizar quais são as diferenças que deveriam ser tratadas e a elaborar um plano de ação. A ferramenta possibilita, num curto espaço de tempo, que pessoas de diferentes áreas e níveis tenham uma visão global da empresa e façam o que chamamos de exercício de correção de rota, priorizando as ações que devem ser implementadas.

“É essencial realizar uma análise crítica. O erro está em sair copiando práticas para uma empresa, somente porque estão dando resultado em outra”

Atualmente, contamos com um banco de dados com cerca de 1.200 empresas de 34 países e diversos setores de atuação estão contemplados. Esse número tende a aumentar, primeiro pelas aplicações no mundo que continuarão a acontecer, e especificamente no Brasil, por causa do Programa Melhores Práticas para Excelência Industrial (PM-PEI), coordenado pelo IEL de Santa Catarina e financiado pela Finep. O programa tem como objetivo credenciar instituições multiplicadoras do benchmarking industrial para atender às várias regiões do País. Com isso, faremos com que os benefícios de se ter uma ferramenta devidamente estruturada para a realização de benchmarking chegue a todas as empresas brasileiras.

Cristiane Mitsue Iata é consultora responsável pelo Programa Benchmarking Industrial do IEL-SC

Qualidade na indústria de móveis

Ainda com projetos de qualidade em fase de consolidação, setor acelera programas para otimizar processos

Empresa com Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) segundo a NBR ISO 9001:2000, certificado pelo ICQ Brasil desde novembro de 2005, a Maxim's Indústria e Comércio de Móveis Ltda, de Goiânia, atua no ramo de venda, fabricação e instalação de armários planejados e buscou a certificação com a intenção de concretizar a padronização interna e melhorar a relação entre departamentos, buscando fortalecer a empresa nas áreas comercial, técnica e financeira.

Representante da direção da Maxim's, Denise Vieira afirma que a empresa sempre adotou a padronização em seus procedimentos, visando facilitar a atuação de cada colaborador, como também a relação entre os departamentos. "De certa forma, existia padronização, mas faltava melhor 'sintonia' entre os mesmos".

"A certificação proporcionou maior fortalecimento das equipes e maior confiabilidade na execução dos processos, além de tornar a empresa mais organizada, transparente e segura", complementa Denise. "Com isso, temos maior facilidade no cumprimento de metas e na busca da melhoria contínua. Os procedimentos por escrito fortaleceram e conscientizaram os colaboradores da importância em fazer o certo da primeira vez".



Carlos Augusto Alves, proprietário da Maxim's, entre Denise Vieira, representante da direção da empresa, e Gláucia Gundim, auditora do ICQ Brasil: qualificação

Quanto aos planos futuros, segundo a executiva, a Maxim's implantará até dezembro deste ano um projeto de responsabilidade social e pretende, em 2007, implementar um Sistema de Gestão Ambiental, segundo a ISO 14001, e, em seguida, a norma de segurança no trabalho, além de outros que serão realizados paralelamente.

Primeira empresa do Distrito Federal do ramo de móveis a certificar seu SGQ, a Área Útil Indústria e Comércio de Móveis Ltda, conhecida como Quarto Prático, foi motivada principalmente pela concorrência no mercado e a necessidade de sobrevivência da empresa quando procurou a certificação. "Mas a nos-

sa empresa sempre buscou melhoria e qualidade nos seus processos e no seu ambiente de trabalho. Já havíamos implantado o Programa 5S por duas vezes e contamos com uma equipe já bem consciente e comprometida", ressalta Dilma Rocha, proprietária da empresa.

Atualmente, a maioria das empresas de móveis certificadas no Brasil está no Sul e Sudeste, no entanto, o Centro-Oeste tem iniciado, gradativamente, um movimento do setor para a certificação. Além da Quarto Prático, o Distrito Federal conta com um grupo de mais 14 empresas que já estão com a certificação programada com o ICQ Brasil até o final de 2006. ■

SIMELGO

Competitividade empresarial

A competitividade empresarial foi tema de palestra promovida pelo Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico do Estado de Goiás (Simelgo) no auditório do Palácio da Indústria. Benedito Carlos Rosa, professor pós-graduado em Gestão Empresarial pela Universidade Católica de Goiás/Senai e analista de planejamento de vendas da Embratel, apresentou a empresários do segmento a importância da adoção de um modelo de gestão em busca de crescimento no mercado. Segundo o analista, o empresário deve estar consciente de que o foco da qualidade não é o produto e, sim, o cliente e o mercado.



Representantes das indústrias acompanham palestra: Luiz Henrique (Aço Itália), Dourival Mendes (Matrimaq), Jairo Gomes (Ferroarte), Jerônimo David (Perfinasa), Sembrino Mastrela, Elena Izolina e Valéria Mastrela (Audiofix)

SINDICATOS DE ANÁPOLIS

Homenagem

Representantes dos sindicatos patronais da indústria de todo o Estado de Goiás, entidades empresariais e autoridades prestigiaram a festa de comemoração dos 90 anos do capitão Waldyr O'Dwyer, realizada em 12 de julho no salão de eventos do Sesi Jundiá, em Anápolis. O coordenador executivo do Núcleo Regional da Fieg em Anápolis e do Fórum Empresarial de Anápolis, Gilson Amaral Brito, enfatiza a importância do capitão Waldyr para a indústria goiana: um dos pioneiros da industrialização no Estado, ele foi o fundador do sindicato da indústria da carne em Goiás e do sindicato da indústria metalúrgica no município. Mais de 250 pessoas participaram do evento, que contou com a presença do governador do Estado, Alcides Rodrigues, do primeiro vice-presidente da Fieg, Pedro Alves de Oliveira, e do presidente da Associação Comercial e Industrial de Anápolis (Acia), Wilson de Oliveira, dentre outros. A festa foi uma promoção dos sindicatos patronais, da Acia, do Fórum Empresarial de Anápolis, do Núcleo Regional de Anápolis e do Rotary Club do município.



Comemoração: da esquerda para a direita, o primeiro vice-presidente da Fieg, Pedro Alves de Oliveira, o homenageado, capitão Waldyr O'Dwyer, o governador de Goiás, Alcides Rodrigues, e o secretário da Indústria e Comércio do Estado, Ridoval Chiareloto

SINDIBRITA

Qualificação de gestores

Nos dias 7 e 8 de agosto, o auditório do Palácio da Indústria, no Centro de Goiânia, sediou o Programa de Capacitação de Gestores de Empresas Mineradoras de Agregados para a Construção Civil. O programa é desenvolvido pela Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do Ministério de Minas e Energia (MME), em convênio com a Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais (Cetec), com apoio regional do Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM (6º Distrito/GO), da Secretaria de Indústria e Comércio do Estado de Goiás/Superintendência de Geologia e de outras instituições. Em Goiás, o evento contou com a parceria local do Sindicato das Indústrias Extrativas de Pedreiras dos Estados de Goiás, Tocantins e Distrito Federal (Sindibrita) e do Sindicato das Indústrias de Calcário, Cal e Derivados no Estado de Goiás (Sininceg). Os objetivos são alcançar a melhoria nos processos produtivos, minimizar impactos ambientais, abrir mercados e ampliar a oferta de empregos.



Na mesa coordenadora dos trabalhos (da esquerda para a direita): Álvaro de Castro, diretor da Com. Indústria Imobiliária em Goiás; Joviano T. Jardim, presidente do Sinduscon-GO; José Carlos Martins, vice-presidente da CBIC; Lair Kräehmbühl, presidente da CII/CBIC, e Guilherme Pinheiro de Lima, presidente da Ademi-GO

SINDUSCON

Reunião nacional

Em parceria com a Associação das Empresas do Mercado Imobiliário de Goiás (Ademi-GO), o Sindicato da Indústria da Construção no Estado de Goiás (Sinduscon) realizou a reunião nacional da Comissão da Indústria Imobiliária da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CII/CBIC), no dia 1º de junho. O evento contou com a presença de cerca de 50 representantes de 13 Estados. Durante a reunião, executivos do Santander Banespa, do Bradesco e do ABN Amro Real apresentaram aos participantes as novas modalidades de crédito imobiliário para o setor. O presidente da CII/CBIC, Lair Kräehmbühl, propôs a realização de workshop entre empresários locais e instituições financeiras privadas para estimular a prática do financiamento bancário.

SIMPLAGO

Nova diretoria

Associados do Sindicato das Indústrias de Material Plástico no Estado de Goiás (Simplago) elegeram nova diretoria, suplentes, membros do Conselho Fiscal e delegados representantes junto à Fieg para o biênio 2006/2008. Foram eleitos como presidente do sindicato, Mário Drummond Diniz, primeiro vice-presidente, João de Medeiros Dantas, e segundo vice-presidente, Luiz Antônio Nogueira.

SINDICER

Cerâmica vermelha

O 35º Encontro Nacional da Indústria de Cerâmica Vermelha reunirá empresários de todo o País entre os dias 26 e 29 de setembro, em Goiânia. O evento é uma iniciativa da Associação Nacional da Indústria Cerâmica (Anicer) e do Sindicato da Indústria Cerâmica do Estado de Goiás (SindicER-GO). Entre outros parceiros, a iniciativa contará com apoio da Fieg, do Senai e do Sesi.

SIGEGO

Troféu Prensa Gutemberg

Com o apoio da Federação das Indústrias do Estado de Goiás (Fieg), o Sindicato das Indústrias Gráficas do Estado de Goiás (Sigego) homenageou o governador Alcides Rodrigues e o ex-governador Marconi Perillo em jantar no salão de eventos da Casa da Indústria, no dia 7 de junho. Ambos receberam o troféu Prensa Gutemberg como reconhecimento ao trabalho desenvolvido à frente do governo estadual. Em atendimento à reivindicação do setor gráfico, o governador enviou, à Assembléia Legislativa, projeto de lei para a isenção de ICMS para a importação de máquinas e equipamentos gráficos.



Premiação: ex-governador Marconi Perillo, representantes de indústrias gráficas goianas, governador de Goiás, Alcides Rodrigues, Antônio Almeida, presidente do Sigego, e o presidente da Fieg, Paulo Afonso, no jantar oferecido pelo Sigego

Divulgação

Sesi Senai Niquelândia

A força da parceria



Sistema Fieg / Adcom



Ancorada em uma parceria de sucesso com a **Anglo American Brasil, Votorantim Metais Níquel e Prefeitura Municipal**, nasce a Unidade Integrada **Sesi Senai Niquelândia**, a mais nova do **Sistema Fieg** no Norte goiano.

O complexo, formado por um centro de educação profissional e um centro poliesportivo, vai levar às empresas e à comunidade de Niquelândia e cidades vizinhas variada gama de serviços: educação, assessoria técnica e tecnológica, saúde, esporte, lazer, responsabilidade social e cidadania.

Onde tem indústria tem Sesi e Senai. Mais do que um slogan, as instituições seguem à risca a determinação de atender de perto às necessidades do segmento e acompanhar a tendência cada vez mais forte de interiorização de investimentos, emprego e renda.

APAREÇA!

ANUNCIE NA GOIÁS INDUSTRIAL E FIQUE CONHECIDO

A revista **Goiás Industrial** é uma publicação enviada às indústrias, às Federações das Indústrias de todo o País, ao poder público, à imprensa e entidades de classe locais e nacionais. É referência em informações sobre o cenário econômico de Goiás e da Região Centro-Oeste, abrangendo a área política e social. Por isso, seu anúncio na **Goiás Industrial** dá visibilidade para a sua empresa, tornando seu produto ou serviço conhecidos do público e reforçando sua marca na mente do consumidor.

Anuncie!
Procure a ND Editora e Publicidade
para maiores detalhes.



Rua 1.034, nº 49, Setor Pedro Ludovico
Goiânia - Goiás - CEP 74823-190 - Tel: (62) 3255-6262
E-mail: nd@ndeditora.com.br